

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

GISELE LIMA FRANCO

**URBANISMO DA ERA VARGAS – PLANEJAMENTO E OBRAS EM SÃO LUÍS
DURANTE O ESTADO NOVO (1936-1947)**

São Luís - MA
2018

GISELE LIMA FRANCO

**URBANISMO DA ERA VARGAS – PLANEJAMENTO E OBRAS EM SÃO LUÍS
DURANTE O ESTADO NOVO (1936-1947)**

Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Grete Soares Pflueger

São Luís - MA
2018

Muniz Júnior, Márcio Henrique Lopes.

Masterplan de requalificação urbana e paisagística: proposta de um Parque Linear ao longo do Canal de Drenagem Cohab/Cohatrac. / Márcio Henrique Lopes Muniz Júnior. - São Luís, 2017.

159 f.

Orientador (a): Prof. Msc. Andrea Cristina S. C. Duailibe.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

1. Espaço livre público. 2. Canal de drenagem COHAB/COHATRAC. 3. Parque linear urbano. 4. Requalificação. I. Título.

CDU: 712.254

GISELE LIMA FRANCO

**URBANISMO DA ERA VARGAS – PLANEJAMENTO E OBRAS EM SÃO LUÍS
DURANTE O ESTADO NOVO (1936-1947)**

Projeto de Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Grete Pflueger (orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Agnaldo Mota (examinador)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. José Antonio Viana Lopes (examinador)
Arquiteto e Urbanista

À todas as mulheres que me inspiram por sua força e garra, não se deixando abalar pelas dificuldades e para todas as meninas que não podem estudar, por qualquer motivo, que nunca desistam de seus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Por todo apoio esses seis anos de graduação, muitas pessoas merecem ser citadas neste agradecimento. Para os dois maiores responsáveis por minha educação, este trabalho de conclusão de curso significa mais que o fim de uma etapa, significa uma das vitórias de nossa família. Pai e Mãe, obrigada pelo suporte todos esses importantes anos, por todas as palavras de apoio e por terem trilhado esse caminho ao meu lado.

Quero agradecer também às minhas tias e primas de São Luís, Aurionete, Auridéia, Ângela, Adriana, Andréa, Jéssica e Vanessa, que sempre me deram todo suporte me acompanhando em todos os momentos tristes e alegres, nas dificuldades e nas vitórias, vocês foram incríveis, amo vocês.

À minha universidade, obrigada pela oportunidade que tive de estudar o que gosto, pelo suporte científico destinado aos alunos e, sobretudo, obrigada pela equipe de professores, que mesmo com muitas dificuldades repassam seus conhecimentos aos alunos. Em especial quero citar a professora que mais incentivou, acreditou e confiou neste projeto, me presenteou com seus conselhos, oportunidades de pesquisa e também é a orientadora deste trabalho, Professora Doutora Grete Pflueger, muito obrigada.

Por fim, não menos importante quero agradecer a minha família do coração, as pessoas que me escutaram e me orientaram, aos irmãos que a FAU me presenteou, meus amigos Guilherme, Thayná, Márcio, Fernanda, Brenda, Francisco, Letícia, Luana e Tércio, nunca vou esquecê-los e podem sempre contar comigo onde eu estiver. Obrigada pela oportunidade de me deixar fazer parte da vida de vocês, essa jornada não seria tão maravilhosa se não estivessem nela.

RESUMO

O objeto deste trabalho de conclusão de curso é realizar uma análise sobre as modificações na arquitetura e no urbanismo de São Luís ao longo do período político do Estado Novo presidido por Getúlio Vargas. Assunto relevante diante das grandes modificações modernas presentes atualmente no cenário urbano do centro histórico da cidade. A metodologia de pesquisa foi o aprofundamento do conteúdo histórico realizado com base nos álbuns de fotografia do Maranhão e através da análise documental dos decretos urbanos de Getúlio Vargas, descritos nos relatórios do interventor Paulo Ramos (1939 e 1947). Assim o conteúdo histórico foi relacionado a teoria contida nos autores Segawa e Bruand, seguindo por uma discussão embasado em David Harvey sobre a “Destruição criativa da terra” e como a perspectiva capitalista se distancia da definição de Renovação Urbana contida na carta patrimonial de Lisboa. Por fim o trabalho compreende os princípios políticos e econômicos que motivaram a renovação urbana realizada na cidade de São Luís e com isso, alerta para a importância em salvaguardar o patrimônio moderno do século XX.

Palavras-chave: Modernismo. Urbanismo. Destruição Criativa.

ABSTRACT

The object of this work is to analyze the changes in the architecture and urbanism of São Luís during the Estado Novo political period presided over by Getúlio Vargas. Relevant subject to the great modern modifications currently present in the urban setting of the historical center of the city. The research methodology was to deepen the historical content based on the Maranhão photography albums and through the documentary analysis of the urban decrees of Getúlio Vargas, described in the reports of the intervener Paulo Ramos (1939 and 1947). Thus the historical content was related to the theory contained in the authors Segawa and Bruand, followed by a discussion based on David Harvey on the "creative destruction of the earth" and how the capitalist perspective distances itself from the definition of Urban Renewal contained in the charter of Lisbon. Finally, the work understands the political and economic principles that motivated the urban renovation carried out in the city of São Luís and with this, it is alert to the importance in safeguarding the 20th century's modern patrimony.

Keywords: Modernism. Urbanism. Creative Destruction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Public Health Act 1848.....	17
Figura 2 - Ampliação de Barcelona. Detalhe na seção de uma rua. Projeto de expansão de Barcelona conhecido como Plano Cerdá 1859.....	19
Figura 3 - Imagem da reforma urbana do Rio de Janeiro.....	20
Figura 4 - Imagem da Rua do Egito, na década de 70, após a realização da renovação urbana proposta por Saboya.	21
Figura 5 - Imagens da abertura da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.....	23
Figura 6 - Getúlio Vargas (1930 -1945).....	26
Figura 7 - Palácio da Educação ou Liceu Maranhense, localizado na praça Marechal Deodoro da Fonseca, construído em 1941, postal de 1950.	29
Figura 8 - Escola Técnica Federal do Maranhão, fundada em fevereiro de 1940n intendência de Paulo Ramos, localizada no Bairro do Monte Castelo.	30
Figura 9 - Centro de Saúde Paulo Ramos construído em 1941, cartão postado em 1950.	30
Figura 10 - Planta Baixa da Cidade do Rio De Janeiro (1906).....	33
Figura 11 - Avenida Presidente Vargas.....	34
Figura 12 - Plano urbano de São Luís, pelo engenheiro Frias de Mesquita, (1665). 35	
Figura 13 - Mapa de São Luís, 1840.	37
Figura 14 - Álbum de São Luís, 1950.....	38
Figura 15 - Foto de Gaudêncio Cunha. Bonde de Ferro Carril do Maranhão. Cartão postado em 28.02.1926.....	42
Figura 16 - Página sobre as melhorias realizadas no Serviço de Esgoto e Luz da capital.....	43
Figura 17 - Octacílio Saboya.....	46
Figura 18 - Planta de São Luís, 1912.....	47
Figura 19 - Reconstituição do "anteprojeto de remodelação da cidade" a partir de mensagem apresentada por Octacílio Saboya Ribeiro (1937).....	50
Figura 20 - Imagens da Praça João Lisboa, nos anos de 1906.	51
Figura 21 - Imagem antiga da Rua do Egito, nessa época ainda Rua Tarquínio Lopes, postadas nos anos de 1909 e 1912, antes das demolições de seu alargamento.	53

Figura 22 - Imagem antiga da Rua do Egito, nessa época ainda Rua Tarquínio Lopes, postadas nos anos de 1909 e 1912, antes das demolições de seu alargamento.	54
Figura 23 - Imagem da Rua do Egito, na década de 70, após a sua duplicação.	54
Figura 24 - Rua do Egito, na década de 70, após a sua duplicação, vista de diferentes locais da rua. Nessas imagens já se pode observar a substituição dos bondes pela presença dos automóveis, um dos objetivos de Getúlio Vargas para fomentar a economia nacional.	55
Figura 25 - Imagens da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.	56
Figura 26 - Imagens da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.	57
Figura 27 - Nomeação de Paulo Ramos.	58
Figura 28 - Fotografia do Interventor Paulo Ramos.	59
Figura 29 - Escola Modelo.....	61
Figura 30 - Palácio do Comércio.....	61
Figura 31 - Imagem do Prefeito Pedro Neiva de Santana, 1943.....	62
Figura 32 - Imagem de 1950 da paisagem do centro urbano de São Luís vista do lado oposto ao centro histórico, onde hoje se localiza o bairro do São Francisco. ...	63
Figura 33 - Imagem do Centro histórico de São Luís vista do lado oposto ao centro histórico, onde hoje se localiza o bairro do São Francisco, após os anos 2000.....	63
Figura 34 - Imagem do zoneamento de 1938, estabelecido na prefeitura de Neiva de Santana.	65
Figura 35 - Imagem do zoneamento de 1938, estabelecido na prefeitura de Neiva de Santana.....	66
Figura 36 - Imagem do Relatório de Paulo Ramos 1943, trecho sobre a construção da Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Magalhães de Almeida.	67
Figura 37 - Trecho da Praça João Lisboa demolido para a construção da Avenida Magalhães de Almeida.	67
Figura 38 - Início da Avenida Magalhães de Almeida.	68
Figura 39 - O Mercado Central.....	69
Figura 40 - O Mercado Central na década de 1940.	69
Figura 41 - Rua Grande no ano de 1949, passando por melhorias.....	71
Figura 42 - Anúncio de carro.....	71

Figura 43 - Fotografia da cidade de São Luís, já com a ponte José Sarney e a Avenida Beira Mar, 1971.....	73
Figura 44 - Avenida Getúlio Vargas, 1950.....	75
Figura 45 - Avenida Getúlio Vargas, 1960.....	75
Figura 46 - Com traços em art déco, o elegante Cine Roxy, inaugurado em 1940...76	
Figura 47 - Revista Cruzeiro, 1930.....	77
Figura 48 - Bangalows da Rua do Egito.....	79
Figura 49 - Imagens bangalows localizados na Rua Do Egito.	80
Figura 50 - Imagens bangalows localizados na Rua Do Egito.	80
Figura 51 - A avenida em 1902, vista da residência de Adam Von Bülow.	81
Figura 52 - Imagem bangalow localizado na Av. Getúlio Vargas.	82
Figura 53 - Imagem bangalows localizado na Av. Getúlio Vargas.	83
Figura 54 - Imagem bangalow localizado na Av. Beira Mar.	83
Figura 55 - Imagem bangalow localizado na Av. Getúlio Vargas.	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REFLEXÕES TEÓRICAS - Renovação Urbana X Destruição Criativa de David Harvey	16
2 ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS (1930-45) - Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas	25
2.1 As Renovações Urbanas Durante o Estado Novo - influências do novo traçado do Rio de Janeiro no Brasil	31
3 RENOVAÇÕES URBANAS DE SÃO LUÍS	35
3.1 Primeiros planos urbanísticos de remodelação de São Luís	43
3.1.1 Plano Urbanístico de Cantanhede (1902)	43
3.1.2 Plano Urbanístico de Octacílio Saboya (1936)	46
3.2 Interventor Paulo Ramos (1936 - 1945)	58
3.3 Urbanismo em São Luís: os planos no século XX (1950 e 1970)	72
4 NOVA PANORAMA MODERNISTA	74
4.1 Recorte sobre a linguagem arquitetônica do bangalow na renovação urbana	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

No fim da década de 1920 o Brasil passou pela grande crise econômica mundial, o que refletiu na queda dos investimentos tecnológicos e na produção de riquezas para o país. Apenas com a ocupação da presidência por Getúlio Vargas, na chamada revolução de 1930, o cenário de crise começa a mudar. Com um modelo de regime autoritário e caráter desenvolvimentistas, Vargas retomou os investimentos nas cidades, a fim, de fomentar a produção industrial e o consumo urbano. Portanto é durante a construção do Estado Novo que se deu o início as renovações urbanas nas cidades brasileiras.

A renovação urbana é conceituada na Carta de Lisboa, 1995, como “ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano (...)” Esta concepção surgiu na década de 1930 como justificativa para a transformação da cidade colonial em cidade moderna, assim, o papel da renovação foi o de trazer para o centro cívico elementos do urbanismo moderno que fomentaram o capitalismo nacional, como o saneamento e a infraestrutura urbana

Em São Luís o prefeito Saboya Ribeiro, na década de 1930 lançou seu projeto de remodelação urbana do centro histórico de São Luís, propostas apenas executadas no mandato de Neiva de Santana, 1937, na atuação do interventor Paulo Ramos (1937-1940). Inspirado nas obras realizadas por Getúlio Vargas no Distrito Federal, Paulo Ramos almejava alcançar o progresso urbano na capital por meio da construção de novas avenidas, tais como a obra da Avenida Getúlio Vargas uma continuação da Rua intitulada Caminho Grande, que anos depois serviu como eixo guia da expansão moderna na cidade. Outro exemplo de obras na malha urbana é a triplicação da Rua do Egito até a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, eixos ampliados com propósito de atravessar o centro histórico no sentido longitudinal.

Diante das expansões urbanas do Estado Novo é que os exemplares arquitetura modernista da capital, São Luís, é construído. Dentre esse patrimônio, encontram-se exemplares da linguagem arte déco, eclético e moderno tanto em edifícios públicos quanto em residências privadas, também, nesse período, equipamentos urbanos são planejados para melhoria do cenário urbano da capital, como mercados e praças públicas.

Nessa perspectiva de mudanças no contexto urbano da cidade, percebe-se a necessidade de avaliar os efeitos das obras modernas realizadas pelo anseio capitalista, analisando a parcela do patrimônio colonial perdido nas demolições e também avaliando a necessidade de tais obras de renovação urbana para a dinâmica atual de São Luís.

A partir disso, fica o questionamento: Seria o capitalismo sempre responsável pela perda do patrimônio histórico colonial, ou modificar o espaço em que habita é uma necessidade inerente ao homem?

Com isso o objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise do urbanismo construído ao longo da Era Vargas, comparando o urbanismo realizado na cidade de São Luís com os grandes avanços urbanos e as manifestações Modernistas nas principais capitais do Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – durante o Estado Novo.

Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Contextualizar o urbanismo realizado no governo de Getúlio Vargas e quais eram os objetivos do presidente em realizar as renovações urbanas; contextualizar a cidade de São Luís no cenário político do Estado Novo e descrever as etapas de remodelação que ocorreram na cidade, principalmente as demolições urbanas para abertura e criação das novas avenidas; por fim, estudar as características das obras arquitetônicas edificadas no período.

Parte-se da hipótese de que é impensável imaginar a cidade de São Luís no século XXI sem os trechos da renovação urbana construídos no período do Estado Novo. Dessa forma, o trabalho visa investigar a relevância do patrimônio histórico perdido nas demolições perante a necessidade do urbanismo expansionista no século XX.

Com intenção de comprovar a hipótese foram realizadas pesquisas nos principais acervos públicos e bibliotecas da cidade. Procurou-se fazer a leitura de jornais da época para a compreensão dos fatos políticos e a reação da população com as modificações urbanas que ocorreram. Realizou-se, também, a leitura dos relatórios de Paulo Ramos destinados ao presidente Vargas e por fim, as ruas que sofreram modificações foram fotografadas.

O primeiro capítulo do desenvolvimento foi destinado a descrever as circunstâncias que se encontravam as cidades no período anterior à crise econômica mundial, dando foco não apenas a cidade de São Luís, mas também, procurou-se pesquisar como outras cidades europeias resolveram as mazelas da

salubridade urbana. Assim, ocorre uma análise sobre a perspectiva de Harvey a respeito da necessidade humana de modificar o espaço em que a habita e qual a influência do capitalismo nessa transformação do espaço.

No segundo momento foi descrito a trajetória de Vargas antes da tomada do poder e quais suas influências no que se refere a planos urbanos e foram seus princípios para a governança do país. Este capítulo também abrange o cenário do distrito federal, como a obra de Pereira Passos impactou o restante do país, a partir de então os outros estados também pensam em modificar seus principais centros urbanos.

O terceiro capítulo do desenvolvimento da pesquisa se destina a descrever todas as etapas do urbanismo ludovicense, desde a escolha do seu traçado até as modificações do século XX. Neste momento da pesquisa ficam-se claras as mazelas urbanas que a capital São Luís passava e a partir disso podemos observar quais dos planos geraram mais efeitos positivos no cenário urbano.

Enfim, o quarto tópico desta pesquisa tratou de descrever as obras modernistas realizadas na cidade de São Luís, tanto as obras arquitetônicas quanto as obras urbanistas. Assim, aborda os exemplares das novas linguagens da arquitetura que chegam com o modernismo no país, os novos modelos de moradia na capital e das características dos edifícios institucionais construídos no centro histórico.

Ao final desse trabalho conclui-se que a hipótese é verdadeira em toda sua extensão, pois, mesmo que seja impossível prever qual seria a dinâmica urbana da capital se as alterações não ocorressem, pode-se deduzir que outras modificações de cunho modernista teriam sido executadas. Isso, visto que a cidade é dinâmica e que o ser humano transforma o ambiente de acordo a suas presentes necessidades.

1 REFLEXÕES TEÓRICAS - Renovação Urbana X Destruição Criativa de David Harvey

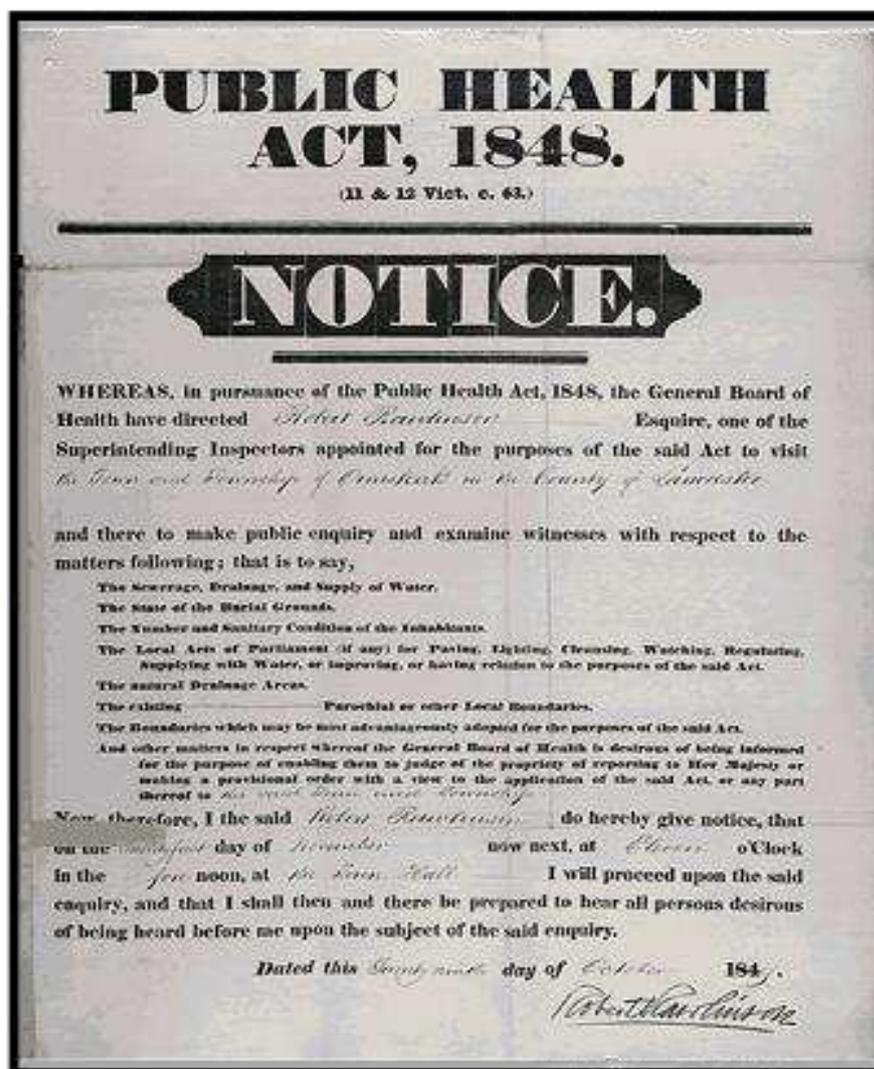
A Revolução Industrial é o último grande acontecimento histórico que modifica a cidade para a forma que conhecemos. O processo de industrialização afetou todos os aspectos organizacionais da vida urbana do século XIX, desde as relações comerciais e trabalhistas até as atividades cívicas e domésticas.

A necessidade por mão de obra barata e o aumento populacional, devido à diminuição das taxas de mortalidade em benefício dos avanços científicos da época, fez com que as famílias camponesas migrassem para a cidade em busca de trabalho nas fábricas têxteis. Com isso, em cidades como Londres e Paris, a quantidade de moradores quadruplicou após a metade do século XIX, mesmo com uma parcela da população europeia sendo enviada às antigas colônias.

No entanto, as cidades industriais não possuíam infraestrutura necessária para abrigar o excedente populacional, em consequência disso, as cidades sofreram um processo de crescimento desordenado dentro dos centros cívicos povoados. A população recém-chegada dos campos começou a ocupar os vazios dos centros urbanos e logo em seguida, iniciou a construção das suas próprias moradias nas periferias da cidade. Desse modo, o cenário urbano nesse período do século era de um completo caos, sem saneamento e infraestrutura, a população urbana sofria com epidemias, não possuía água potável e o déficit habitacional era eminente.

Na primeira metade do século XIX, as cidades que passaram pelas transformações ocasionadas pela indústria começam a sofrer com problemas sanitários e pela falta de infraestrutura urbana, por abrigar um grande contingente populacional. É nesse momento que surge o termo urbanismo, se referindo à disciplina encarregada de entender e solucionar os problemas da urbe, tendo três funções principais, Habitar, Trabalhar e Recrear, com o objetivo de organizar a ocupação do solo, a circulação de pessoas e mercadorias e a legislação (BIRKHOLZ, 1967). Com esses propósitos, os países como Inglaterra, França e Estados Unidos, os quais as cidades foram mais afetadas pelas consequências da industrialização, sentiram necessidade da implantação de um urbanismo sanitário, para isso, foram idealizados grandes projetos na tentativa de cessar as epidemias urbanas que tanto afetaram a economia capitalista.

Figura 1 - Public Health Act 1848.



Fonte: Arquivo nacional do Reino Unido.

Em um primeiro momento, a iniciativa privada começou os primeiros planos de melhoria urbana, com projetos elaborados visando lucros próprios, sem pensar no ambiente como espaço coletivo. Posteriormente, o poder público organizacional começou a analisar tal mazela como algo a ser cessado definitivamente.

Por conta disso, grandes campanhas de melhoramento urbano foram realizadas na Europa do século XIX, dentre elas a primeira lei britânica para o combate à falta de salubridade a Public Health Act (1848) (Ver Imagem Nº 1). Por meio dessa legislação as cidades britânicas que conviviam com epidemias e a falta de água potável, começaram a trabalhar na identificação das principais causas da insalubridade, uma das maneiras encontradas foi reconstruir o meio urbano, partindo do princípio de que a responsabilidade pela saúde pública é da própria população. A

partir disso, inspiradas pela legislação sanitária do século XIX da Inglaterra, as leis de uso e ocupação do solo criadas no Brasil têm o mesmo propósito da legislação britânica, o de controlar e adequar do espaço público a fim de garantir o ambiente comum em perfeito estado para vivência.

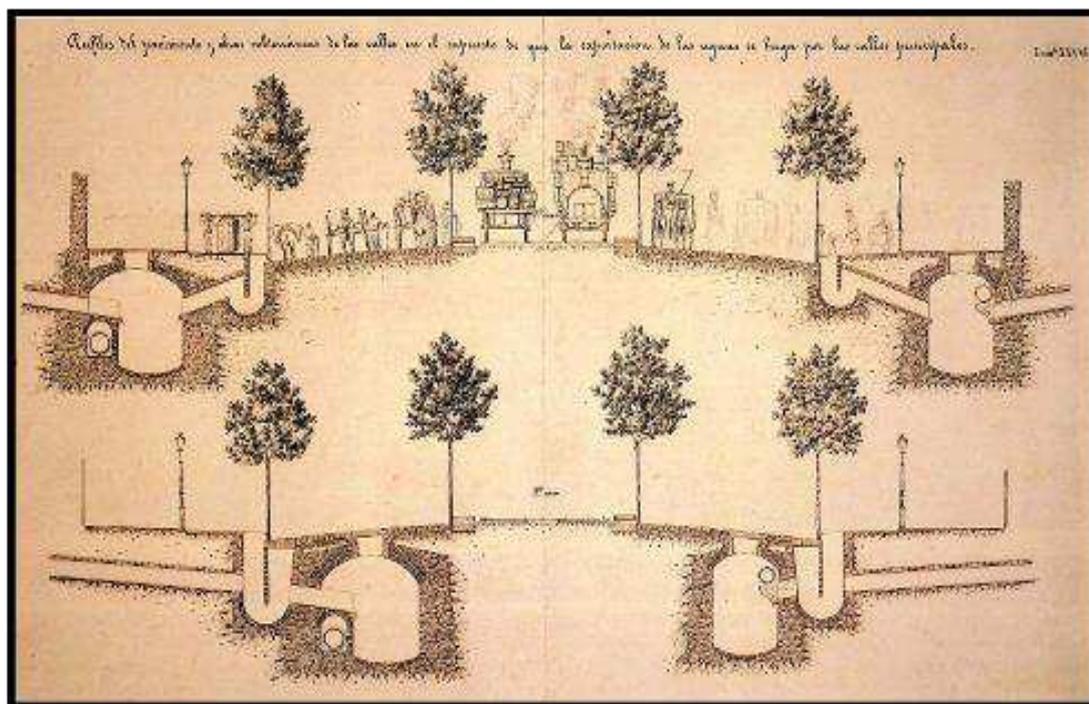
O termo “urbanismo”, segundo Benevolo (1971), nasce mesmo antes de se utilizar essa denominação, entre 1830 e 1850 o mesmo período que ocorrem essas modificações tão evidentes na cidade moderna, após o processo de industrialização. Outra linha de pensamento seguida por G. Bardet, já afirma que o termo urbanismo surge apenas no século XX, no ano de 1910. Seguindo essas duas linhas de pensamento, podemos dividir as transformações urbanas iniciadas no século XIX em dois momentos característicos, assim, em um primeiro momento o urbanismo é destinado ao entender das problemáticas e controlar a situação sanitária da urbe. Em um segundo estágio, podemos caracterizar as renovações urbanas que iniciam no século XIX e têm continuidade no XX, como a execução de obras destinadas a realizar modificações na morfologia do traçado urbano, para isso atender às novas exigências da cidade moderna. Contudo, em algumas cidades, como Paris, ao mesmo período que se realiza o plano de remodelação pensado pelo prefeito Haussmann (1853 - 1870), com construção dos boulevards, a cidade passou pelo processo sanitário das moradias.

É importante ressaltar que cada cidade que vivenciou o processo de renovação urbana após o século XIX, teve seu próprio plano de remodelação. Nesse sentido, mesmo que inspirados em propostas anteriores, cada plano urbano tem objetivos específicos discriminados por seu planejador com propostas únicas destinadas as melhorias locais, relativas às características comerciais e organizacionais de cada centro urbano. Assim, ainda no século XIX são criados tipos de traçados urbanos diferentes, os planos de maior relevância devido à individualidade na malha urbana são o plano urbano de Nova York, com início em 1810, o traçado haussmaniano em Paris, terminado em 1870 e o projeto de Ildefonso Cerdá, 1854 na cidade de Barcelona.

As evidências quanto as individualidades dos planos urbanísticos do século XIX são inquestionáveis, contudo, entretanto as semelhanças estavam quanto o pensamento de que no futuro a circulação de mercadorias e o comércio urbano ocorreriam de um modo mais acelerado. Nessa perspectiva, para que as cidades modernas trouxessem benefícios rápidos ao capitalismo, que financiou as

modificações na urbe, o comércio precisava de grandes e largas vias de livre trânsito nos centros cívicos (Ver Imagem Nº 2).

Figura 2 - Ampliação de Barcelona. Detalhe na seção de uma rua. Projeto de expansão de Barcelona conhecido como Plano Cerdá 1859.



Fonte: Arquivo nacional do Reino Unido.

Diferente da Europa, onde se deu início à revolução industrial, o Brasil só começou a realizar as modificações urbanas no fim do século XIX. O primeiro indício dessa remodelação aconteceu no Rio de Janeiro com a obra sanitária do prefeito Pereira Passos entre 1902 e 1906, que caracterizou a nova era urbana modernista no Brasil. No Distrito federal, em 1905, as obras posteriores à abertura da Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central são oriundas da importante necessidade de se alavancar o capitalismo em crise no início do século XX (Ver Imagem Nº 3).

Figura 3 - Imagem da reforma urbana do Rio de Janeiro.



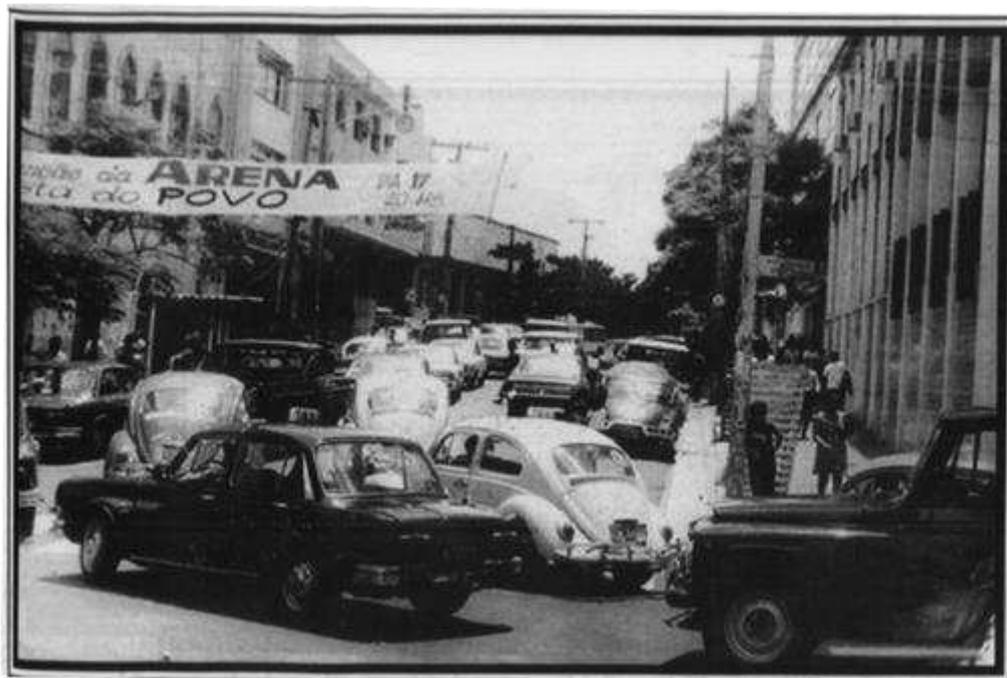
Fonte: <http://pre.univesp.br/as-reformas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx#.Wx6XIIr0IPY>

A crise do capitalismo americano em 1929 disseminou a ideia da necessidade da construção de vias novas e maiores, com capacidade de conectar diversos polos comerciais e para ampliar a malha urbana nas capitais, por conseguinte, gerando o aumento no mercado consumidor das novas indústrias automobilísticas. Desse modo, o termo Renovação Urbana é descrito em 1995 na carta de Lisboa, como “a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área”, portanto, construindo uma arquitetura mais atual que a existente.

Conseqüentemente com a corrida pela industrialização, os urbanistas que realizavam projetos sanitários ou exerciam trabalhos em cargos públicos de coordenação urbana no sudeste do país, em um determinado momento foram chamados a trabalhar nas prefeituras de outros estados brasileiros, em alguns casos também para exercer cargos na prefeitura, exemplo disso foi Otacílio Saboya Ribeiro. O engenheiro que transitou por várias cidades depois da sua formação na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, chegou a trabalhar no próprio Distrito Federal como gerenciador de obras, assumindo poucos anos depois o cargo de prefeito de

São Luís em 1935, no entanto, foi exonerado um ano depois por conflitos de ideais com a elite local (Ver Imagem N° 4).

Figura 4 - Imagem da Rua do Egito, na década de 70, após a realização da renovação urbana proposta por Saboya.



Fonte: Antônio Guimarães, 2010.

Além do plano de remodelação ludovicense (1936), deixou descritos importantes projetos de remodelação para cidades, como Niterói e São Paulo, logo em seguida participou da execução do plano urbano de remodelação e extensão de Juiz de fora (1943). Não só Otacílio como outros engenheiros encarregados do difícil trabalho de modernizar o Brasil, deixaram descritos brilhantes planos urbanos para as cidades do interior do Brasil, e assim como Le Corbusier, muitos desses planos e propostas urbanas não foram concluídas ou executadas, mas foram utilizados como inspiração para planos contemporâneos.

Outro aspecto levantado nesta pesquisa, relativo ao semelhante processo de renovação da cidade, foi o modo como são executadas as remodelações urbanas. A destruição, primeira fase para o alcance da transformação na nova urbe moderna, é uma etapa intrínseca ao capitalismo moderno que fundamentou a constante necessidade de se remodelar as cidades. Estas demolições possuem inúmeros fins de interesse dentro do sistema capitalista, contudo, a prática da reconstrução do

espaço é a mais executada na história da ocupação humana, pois propõe que o ser possa se restabelecer dentro das suas novas necessidades eminentes. Sendo assim, o homem colonizador e homem moderno não diferem os objetivos, constatando que em todas as etapas da ocupação humana se almejou o domínio territorial, mesmo quando necessária a substituição da natureza existente.

Desde populações nativas com as evidências de construções milenares, o ser dominador tenta reestruturar o território a fim de adapta-lo de acordo com seus interesses. Segundo a teoria de David Harvey (2001), a história da destruição criativa sobre terra teria sido responsável pela produção da “segunda natureza”, ou seja, a natureza remodelada pelo homem, sendo a “primeira natureza” a que existia antes do homem povoar a terra. Nesse sentido, poderíamos caracterizar como “terceira natureza” a substituição do território previamente construído pelo homem. Portanto, para se restabelecer no ambiente urbano, o ser dominante teria que demolir as construções existentes e substituí-las por outras linguagens arquitetônicas com diferentes características, feito isso, percebe-se que as edificações sempre foram símbolos de grandes eras e governos ao longo da história humana.

O aspecto sobre a dominação capitalista é destaque historicamente em alguns centros urbanos mais que em outros, relativo ao modo como aconteceu a modificação da urbe pelo propósito capitalista. Contudo, “a urbanização, tem sido um meio fundamental para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho ao longo de toda a história do capitalismo”. Outra afirmação de Harvey (2014), que destaca a urbanização, na grande maioria dos casos, como oportunidade do poder do mercado para continuar a conseguir recursos financeiros por longos períodos, nem sempre priorizando a necessidade urbana do local. Portanto, conclui-se que quanto se justifica o processo de urbanização nas cidades, mais o sistema capitalista se beneficia.

Outra expressão importante do capitalismo da terra é a constante necessidade pela “produção de espaços”, seja esse espaço visto como a construção de uma edificação ou apenas como um território urbanizado. A fabricação de novos lugares estabelece o monopólio físico territorial que de acordo com a mesma teoria de Harvey (2014) em seu livro *Cidades Rebeldes*, esse espaço dominado “torna-se parte integrante da dinâmica da acumulação (...) padrões mutáveis do fluxo de

mercadorias do espaço”, padrões esses ao qual o capitalismo está fortemente enraizado.

No caso de São Luís, a destruição criativa estava buscando a melhoria urbana e a realização das obras sanitárias da capital, paralelo a isso se foi praticado o processo de renovação modernista das características urbanas do centro histórico, para isso havia a necessidade de modificar o traçado original de Frias de Mesquita (1612) e abrir espaço às novas exigências do Brasil moderno (Ver Imagem Nº 5).

Figura 5 - Imagens da abertura da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.



Fonte: Antônio Guimarães de Oliveira, 2010.

Por consequência, às inúmeras transformações realizadas, devido a carência urbana por malha viária, destacamos a perda de parte da história urbana com a realização do projeto de demolição dos prédios existentes para a criação das novas ruas do centro.

Entre os danos sociais que ocorreram durante o processo de remodelação, a retirada da população proletariado que habitava o centro histórico para que prevalecesse o comércio no século XX, acarretou no deslocamento dessa classe social, que consequentemente passou a habitar as regiões periféricas da cidade por meio da construção de moradias em condições de precariedade. Além do impacto do uso do centro apenas em horários comerciais.

Como saldo da remodelação, temos a construção de grandes prédios e residências com a linguagem da arquitetura modernista, que posteriormente passa pelo processo de desvalorização no século XX. Isso, pois as características destoantes dos originais casarios com arquitetura colonial portuguesa, o modernismo não é visto como parte do patrimônio protegido pela UNESCO, assim facilmente passível de descaracterização pela população que desconhece a sua natureza e importância.

Uma sociedade que precisa ou escolhe- adaptar este edifício herdado às suas necessidades, ao invés de construir um novo edifício ou abrir uma avenida em seu lugar. (LOPES, 2013)

Desta nova ótica de análise, deve-se repensar a destruição ocorrida nas cidades dos séculos XIX e XX, não negando as necessidades sanitárias da época, sendo passível de questionamento o ato de substituir as características territoriais originais consecutivas vezes. Com essa lógica, que a Carta Patrimonial Lisboa (1995) revoga o ato da remodelação apenas para obras estratégicas aplicada aos “tecidos urbanos degradados, aos quais não se reconhece valor ao patrimônio arquitetônico ou ao conjunto urbano”, pois até o presente momento da contemporaneidade, poucas foram as obras de remodelação urbanas que não incentivaram a segregação em conjunto à gentrificação populacional, por meio da perda de parcela do conjunto patrimonial.

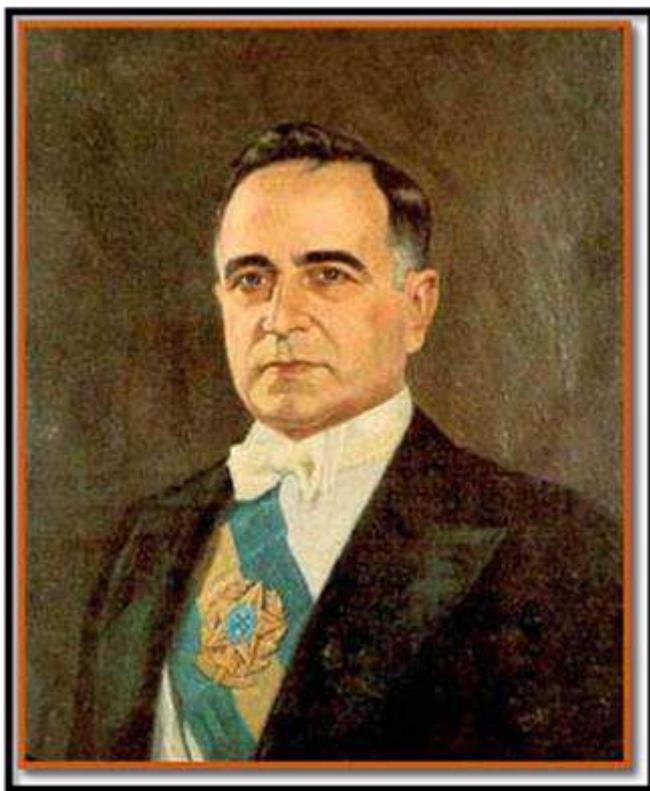
2 ESTADO NOVO DE GETÚLIO VARGAS (1930-45) - Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas

A Era Vargas, em todo seu conteúdo, foi um grande período de transformação nacional, dividido em vários momentos políticos que refletiram diretamente nas modificações urbanas. O primeiro estágio dessa Era, período denominado Estado Novo, foi marcado pelo início da revolução de 1930, com a tomada de poder por Getúlio Vargas que tem seu fim em 1945, com a ascensão dos partidos democráticos pela realização das eleições diretas e a deposição do presidente que se torna senador pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Getúlio Vargas nascido no Rio Grande do Sul em 1882, se muda para Ouro Preto, Minas Gerais, onde estudou até 1897, quando devido a problemas familiares retorna ao Rio Grande do Sul, no ano seguinte inicia sua carreira militar com apenas 16 anos, tornando-se soldado de guarnição. Posteriormente, ainda no exército se mudou para Porto Alegre, cidade em que cursou de direito e trabalhou como promotor, retorna então para sua cidade natal e onde ingressou na carreira política como deputado estadual em 1909. Assim, continua na política em 1923, exercendo o cargo de deputado federal, depois se candidatou a presidência do país e perde, quando toma o poder de Washington Luís por meio da revolução de 30, com um golpe militar dando início à ditadura no Brasil (Ver Imagem Nº 6).

Neste primeiro governo, Vargas tentou, com características autoritárias e centralistas, alavancar a economia nacional, em queda devido às crises comerciais internacionais e o inconstante mercado de exportação, principal aspecto da economia nacional. Para o presidente era necessária uma nova política econômica que o leva-se a copiar o modelo europeu de industrialização e iniciar a construção de um campo fabril no país, esse foi o grande começo para as transformações urbanas.

Figura 6 - Getúlio Vargas (1930 -1945).



Fonte: Jornal O Globo.

Para que o modelo de indústria internacional fosse implantado era importante a transformação de duas características nas cidades do Brasil, a conexão entre as cidades e realizar o processo de urbanização. Dessa forma, interligar as cidades por meios da criação de rodovias fez com que a hegemonia comercial em algumas regiões estaduais do Norte/Nordeste diminuísse, fazendo com que as mercadorias produzidas no eixo Rio de Janeiro / São Paulo, circulassem de forma mais abrangente por todo o país. Nessa mesma lógica da produção industrial que se viu a necessidade da urbanização, pois a cidade não passa a ser mais o local apenas de moradia da elite produtora, mas sobretudo, o centro cívico passa a ser visto como grande meio de comercializar as mercadorias produzida dentro do país.

Pouco tempo após a abolição da escravatura, por mais que a mentalidade da elite agrária permanecesse escravista para o aspecto econômico, essa nova mão de obra livre deveria se tornar imediatamente consumidora dos produtos e ainda, passaria a ser responsável pelo pagamento de impostos públicos, relativos à execução de melhorias e manutenção da infraestrutura urbana. Com isso, seguindo

o raciocínio de David Harvey, a urbanização está alinhada com a ascensão do capitalismo, pois à medida que se amplia o ambiente propício ao comércio o meio urbano também proporciona vantagens lucrativas às empresas que administram as fontes de infraestrutura urbana.

Ainda por meio da construção de vias federais e devido aos melhoramentos urbanos, o processo de industrialização que estava em constante ascensão na época, que acabou tendo privilégios nessa fase da economia, foi a indústria automobilística. Assim, as novas vias de trânsito criadas dentro da malha do centro urbano já tinham como objetivo motivar a circulação do automóvel.

O movimento da revolução de 1930 teve entre outros papéis, diferentes aspectos de controle dentro do governo. Rezende (2012) afirma que esse movimento “não teve participação das classes subalternas, mas que traz ao poder setores das elites que não se viam representados no governo anterior”. Isso significa que a elite burguesa, agora com formação acadêmica, não apenas a elite tradicionalista agropecuária, passaria a ter voz ativa nas decisões nacionais.

Desse modo, para a construção de um estado centralista idealizado por Getúlio Vargas, era importante que os líderes interventores nomeados aos Estados tivessem alinhados às políticas públicas decretadas pelo presidente. Estas lideranças tinham de executar não só as ordens federais, mas sobretudo precisavam apresentar o conhecimento técnico fundamental para a análise e execução das obras de melhoramento e expansão urbanísticas, que ocorreram principalmente nas capitais do Brasil.

Essa elite com formação técnica, trouxe a experiência de carácter internacional da modernização urbana, primeiro para as cidades do sudeste, principalmente para o Rio de Janeiro na época Distrito Federal e posteriormente, por meio das lideranças técnicas municipais e estaduais, as obras de melhoramento se espalhariam para o resto do país. Também, a participação de organizações como o Rotary Club, IAB e Associação de Engenheiros, passaram a trabalhar para que cada vez mais as decisões sobre as obras dentro dos centros urbanos tivessem suporte técnico e que estudos fossem realizados para a viabilidade das modificações urbanas. Assim, essa parcela da burguesia era a favor do melhoramento urbano, pois teriam participação no processo de modernização e expansão que ocorria, sobretudo nas capitais do país.

A partir da participação dos técnicos na área do urbanismo foi possível a criação das Comissões do Plano da Cidade, ou City Plan Commission, que eram comissões responsáveis pelo estudo e elaboração do plano diretor municipal. As Comissões do Plano da Cidade surgiram em Washington, Estados Unidos, no começo do século XX com o objetivo de solucionar problemas como, o grande índice populacional e as condições habitacionais, elaborando portanto nas conferências nacionais o documento chamado City Planning, que tinham como conteúdo orientações para o planejamento das cidades americanas, funcionando de modo semelhante a um plano diretor.

O City Plan Commission era o departamento responsável pela gestão financeira e urbanização das cidades, enquanto o City-Manager ou traduzido para o português como Gestor da Cidade era o técnico especialista na direção dessa administração urbana, não necessariamente deveria exercer o cargo de prefeito da cidade, mas definitivamente era um cargo com papel de voz ativa nas decisões a respeito das melhorias urbanas.

Segundo a autora Vera Rezende, o novo método de gestão urbana americano serve de inspiração para Brasil por meio de várias influências. Entre essas fontes estava o livro de Lewis (1906), "The Planning of the Modern City", principal fonte usada pelo urbanista Saboya Ribeiro e outros planejadores brasileiros, em seus trabalhos, quanto urbanista atuante tanto no Rio de Janeiro quanto em São Luís, cidade onde escreveu em 1936 o primeiro plano de remodelação urbano para a capital do Maranhão.

Outros motivos para a importação dos estudos sobre o planejamento de cidades norte americanas foram os significativos investimentos depositados pelo país nas indústrias brasileiras até a década de 1930. Investimentos maiores que os realizados na mesma época pelo Reino Unido, que alguns anos depois teve participação na administração de algumas empresas prestadoras de serviços públicos também em São Luís. (PALHANO, Raimundo. 2017)

Os primeiros anos do modernismo no Brasil foram anos difíceis para a população, marcados pela herança das décadas anteriores, caracterizadas por muita pobreza e crises epidêmicas. Assim, no início do século XX, os eventos sociais colocaram os anseios populacionais para a realização de uma mudança nacional. Esses movimentos foram gradativamente importantes para a transformação do período da República Velha do país, para que também houvesse a

criação de uma maior identidade nacional com a época moderna em que viviam. A Semana de Arte Moderna (1922) e a criação do partido comunista (1922) serviram como alerta para o governo de que o perfil social havia mudado e também o governo poderia não ter mais o controle absoluto do comando político.

Dentre os aspectos populistas da Era Vargas durante o Estado Novo, podemos destacar a criação das organizações sindicais, os ministérios do trabalho, educação e saúde (Ver Imagens Nº 7, 8 e 9). Logo, dentro desse governo realizou-se a construção de escolas e hospitais e nesse mesmo mandato houve o incentivo da comercialização cafeeira. Todos esses cargos tinham, o controle militar em suas lideranças, contudo, o objetivo deste primeiro governo era de alavancar a economia sem perder o controle da população.

Figura 7 - Palácio da Educação ou Liceu Maranhense, localizado na praça Marechal Deodoro da Fonseca, construído em 1941, postal de 1950.



Fonte: Antônio Guimarães de Oliveira, 2010.

Figura 8 - Escola Técnica Federal do Maranhão, fundada em fevereiro de 1940n intendência de Paulo Ramos, localizada no Bairro do Monte Castelo.



Fonte: Antônio Guimarães de Oliveira, 2010.

Figura 9 - Centro de Saúde Paulo Ramos construído em 1941, cartão postado em 1950.



Fonte: Antônio Guimarães de Oliveira, 2010.

Portanto, mesmo com o caráter centralista do governo Vargas, a abertura estatal para a industrialização que ocorreu após o movimento de 30, faz com que o caráter militarista do governo fosse visto com outro olhar, que não o aspecto opressor ao qual na realidade estava inserido.

A postura opressora do governo militar só surge de modo significativo quando pelo anseio em tornar o Brasil um país modernista e conseqüentemente, por conta das demolições e modificações urbanas, se colocou em prática o zoneamento urbano funcional. Este teve o papel de fragmentar a cidade em zonas, determinando, não só as atividades que iriam ocorrer em cada região, mas, as pessoas que teriam direito ao território urbanizado.

2.1 As Renovações Urbanas Durante o Estado Novo - influências do novo traçado do Rio de Janeiro no Brasil

As influências do Distrito Federal podem ser separadas em dois estágios essenciais complementares da história do urbanismo no Brasil. O primeiro estágio foi o Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade, realizado por Pereira Passos em 1906, como uma medida urgente a fim de resolver os problemas sanitários que ocorriam na cidade e ao mesmo tempo melhorar a feição urbana do centro. Através desse plano foi possível a duplicação e construção de avenidas e ruas por meio da demolição dos casarios coloniais, como a Rua da Carioca e Avenida Rio Branco, além da reforma sanitária já prevista com a retirada dos cortiços do centro.

O segundo momento foi o plano desenvolvido por Alfred Agache entre 1926 e 1930, denominado de Plano de Remodelação e Embelezamento. Nesse projeto foram abordados acima de tudo as questões respectivas à malha viária e à organização urbana, período que foi criado o zoneamento municipal da cidade. A partir do governo do Estado Novo em 1930, são escritos decretos federais relativos à renovação da cidade, alinhados diretamente com a proposta de Getúlio Vargas de modernizar o país, não só para economia, mas também a feição urbana.

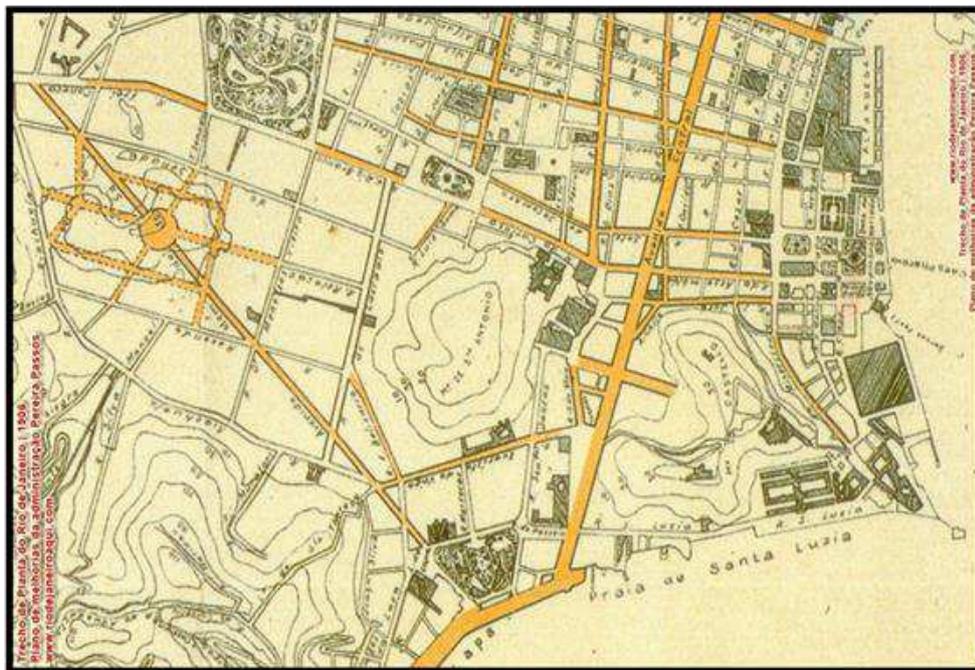
Os decretos urbanísticos criados pelo presidente Getúlio Vargas destinados ao Distrito Federal, repercutiram para todo o país, como forma de inspirar as demais reformas modernas que passaram a ocorrer depois da década de 1930 também nas outras capitais do país. Esses decretos federais foram criados na tentativa de orientar as cidades para a realização das reformas urbanas modernistas, também,

para a tentativa de controle do crescimento desordenado dos centros urbanos. Podemos citar, portanto, que entre as resoluções definidas, a função das Comissões do Plano da Cidade estabelece como permanente o Departamento de Urbanismo na administração pública municipal, respectivamente pelos Decretos de Lei de nº 6.092 de 1937 e nº 8.304 de 1945.

Com as leis de ordem federal para a realização das reformas urbanas no centro do Rio de Janeiro, toda a organização urbano-social estabelecida na cidade foi modificada. As classes sociais mais abastadas que habitavam o centro urbano, ficaram sem moradia definitiva, tendo de migrar, para a periferia acessível. Esse comportamento antropológico de habitar a periferia, também ocorreu nas cidades europeias após, as reformas modernistas não devidamente analisado para a implementação do sistema no Brasil, replicando, assim por diante, o padrão social nas cidades em que a “Demolição Criativa” é executada.

Dessa forma, nota-se que as mesmas demolições e desapropriações que inicialmente ocorrem no centro do Rio de Janeiro, em busca da ideia de um novo traçado moderno eficiente, são levadas à capital do Maranhão, claro que em uma escala proporcional à importância econômica da cidade na época (Ver Imagem Nº 10). Contudo, o mesmo processo de migração populacional que ocorre no Distrito Federal após a abolição do trabalho escravo, também ocorre em São Luís, provocando o surgimento de novos bairros mais tarde denominados de periferia e destoados completamente do cenário urbanizado da cidade.

Figura 10 - Planta Baixa da Cidade do Rio De Janeiro (1906).



Fonte: www.riodejaneiroaqui.com

O objetivo do governo federal estava além da realização das reformas que trariam uma feição moderna para a cidade. Com as demolições urbanas e construção das novas avenidas monumentais, o valor da terra na cidade do Rio de Janeiro seria elevado, pagando as despesas de uma reforma dessa proporção (Ver Imagem Nº 11). Com tais justificativas, em 1940 por meio do Decreto de nº 6.897 é aprovado o plano de urbanização da Avenida Presidente Vargas, obra diferente da reforma realizada no início do século por Pereira Passos, mas que também ocorre por meio das desapropriações e que possuem, sobretudo, um cunho sanitaria.

Figura 11 - Avenida Presidente Vargas.



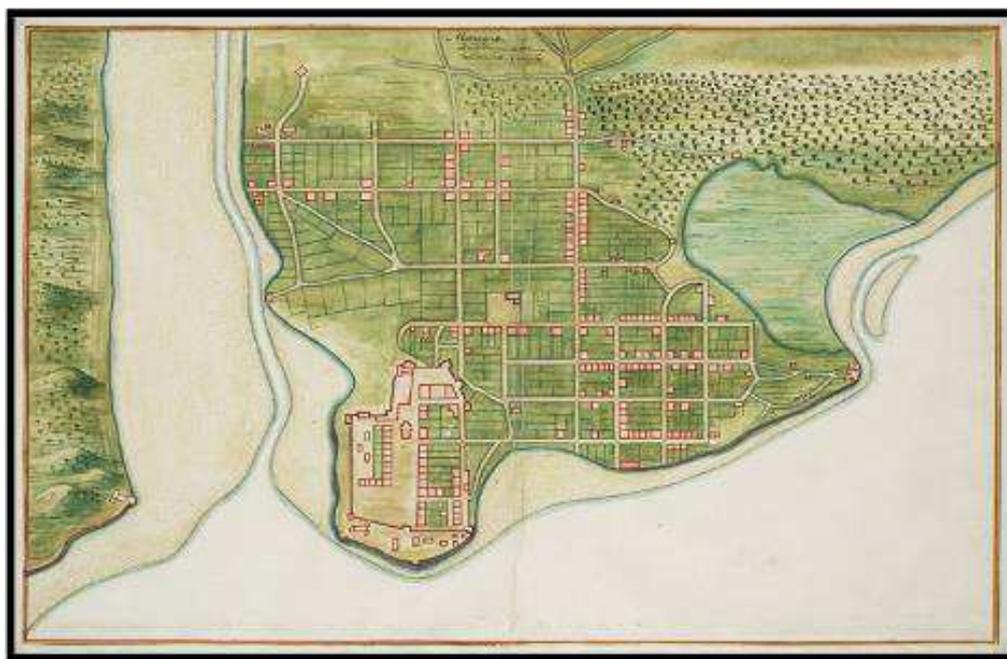
Fonte: Rio de Janeiro (1942).

O trabalho de desapropriação faz parte de outro Decreto executado também durante o Estado Novo, datado de 1937, nº 6.000, instituiu legalmente a “intervenção e tratamento das favelas (cortiços)” (REZENDE, Vera, 2012). Assim, as desapropriações justificadas como essenciais para salvaguardar a saúde e a higiene urbana, foram executadas com a promessa da construção dos IAP’s - Parques Proletariados Provisórios - processo diferente do ocorrido em São Luís, onde os conjuntos habitacionais construídos foram apenas nas décadas seguintes no trecho reformado do centro histórico. Mais tarde, esses Parques Proletariados provisórios tornaram-se permanentes e não houve a construção dos conjuntos habitacionais destinados aos antigos moradores do centro do Rio de Janeiro, por conseguinte, a população passa a habitar outras regiões da cidade, os morros, dando então continuidade às favelas que já vinham crescendo devido a insuficiente quantidade de moradia.

3 RENOVAÇÕES URBANAS DE SÃO LUÍS

São Luís, sede do projeto da “França Equinocial” no Brasil, foi fundada no dia 8 de setembro de 1612. Localizada na ilha de Upaon-Açu, no oceano Atlântico, o município divide território com as cidades de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Antes do estabelecimento do domínio português em 1644, a capital do Maranhão foi motivo de disputa territorial entre França, Holanda e Portugal, países que deixaram indícios da sua ocupação no centro urbano e na cultura popular do ludovicense. Em 1618, os portugueses expulsaram os Franceses na conhecida “Batalha de Guaxenduba” e retomaram ao território iniciando o projeto de urbanização territorial. Depois, no ano de 1621, a colônia portuguesa na América foi dividida em duas administrações, Estado do Brasil ao Sul do país, onde inicialmente a sede era a cidade de Salvador e o Estado do Maranhão. Dessa forma, São Luís tornou-se a primeira capital administrativa do país, comandando os territórios hoje pertencentes aos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Roraima, Amazonas e Amapá. Após essa divisão territorial, a unidade administrativa do Maranhão apenas se reintegrou ao Estado do Brasil em 1744, quando a sede já estava estabelecida no Rio de Janeiro e a colônia buscava a unificação das capitanias.

Figura 12 - Plano urbano de São Luís, pelo engenheiro Frias de Mesquita, (1665).



Fonte: REIS, Nestor Goulart, 2000, SP.

A cidade portuguesa no Brasil foi planejada pelo Eng.^o Mor Francisco Frias de Mesquita em 1615-18, assim, foi construída obedecendo à malha ortogonal tradicional portuguesa ao lado da fortificação francesa de Saint-Louis. Devido aos conflitos territoriais no primeiro século, depois de sua fundação (XVII), a cidade não se desenvolve de forma esperada em extensão territorial (Ver Imagem Nº 12).

São Luís teve dois ciclos econômicos fundamentais, responsáveis pelos principais momentos de crescimento da capital. De acordo com Viana (2013), os períodos de desenvolvimento urbano na cidade são assim divididos: entre 1780 e 1820 quando se destacou a monocultura do algodão, que foi destinado ao abastecimento das fábricas inglesas durante a revolução industrial e depois, também para a produção têxtil enviada à corte portuguesa no Brasil em 1808, corte essa que autorizou a criação das primeiras indústrias no Estado. Posteriormente, no intervalo dos anos de 1850 e 1870, ocorreu a produção da cana, que era enviada para os engenhos de açúcar, um dos principais produtos de exportação do Brasil provincial (Ver Imagem Nº 13).

Após os dois períodos do apogeu urbano, Viera (2013), caracteriza a estagnação econômica do Maranhão como “decadentista¹”, fenômeno baseado na vulnerabilidade da literatura europeia entre o fim do século XIX e início do século XX, período em que ocorrem grandes momentos na política nacional, como a proclamação da República e a abolição da escravatura, que modificam diretamente a autonomia da produção no Estado e por consequência diminuiu a participação econômica no cenário nacional no intervalo dos anos de 1894 - 1932.

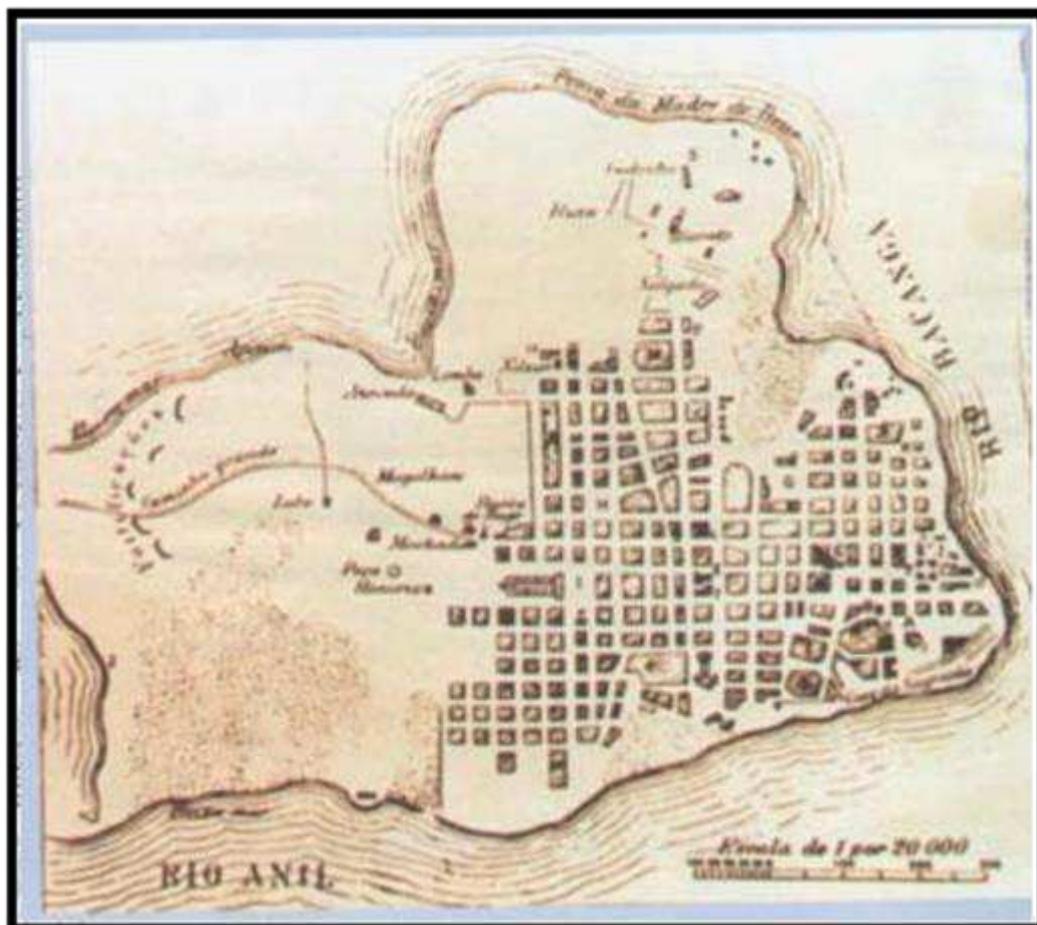
Desse modo, pouco antes do estabelecimento do Estado Novo na década de 1930 e a política modernista do governo de Getúlio Vargas, a cidade economicamente abalada pelos altos e baixos da economia internacional, inicia a criação do parque fabril, com a expectativa de transformar “o Maranhão agrícola em Maranhão Industrial” (VIVEIROS, 1945, p.558 apud LOPES, ANTÔNIO, 2013).

Ao iniciarmos a discussão sobre os processos de renovação urbana da cidade de São Luís no século XX, é importante ressaltar que desde o século XVII já

¹ (FURTADO, 2002), “Período entre o romantismo e realismo naturalismo na literatura europeia, que se caracterizam pela incerteza (...) e o abandono dos ideais éticos”.

existia um centro parcialmente “urbanizado²”, com traçado urbano definido e uma linguagem arquitetônica predominante.

Figura 13 - Mapa de São Luís, 1840.



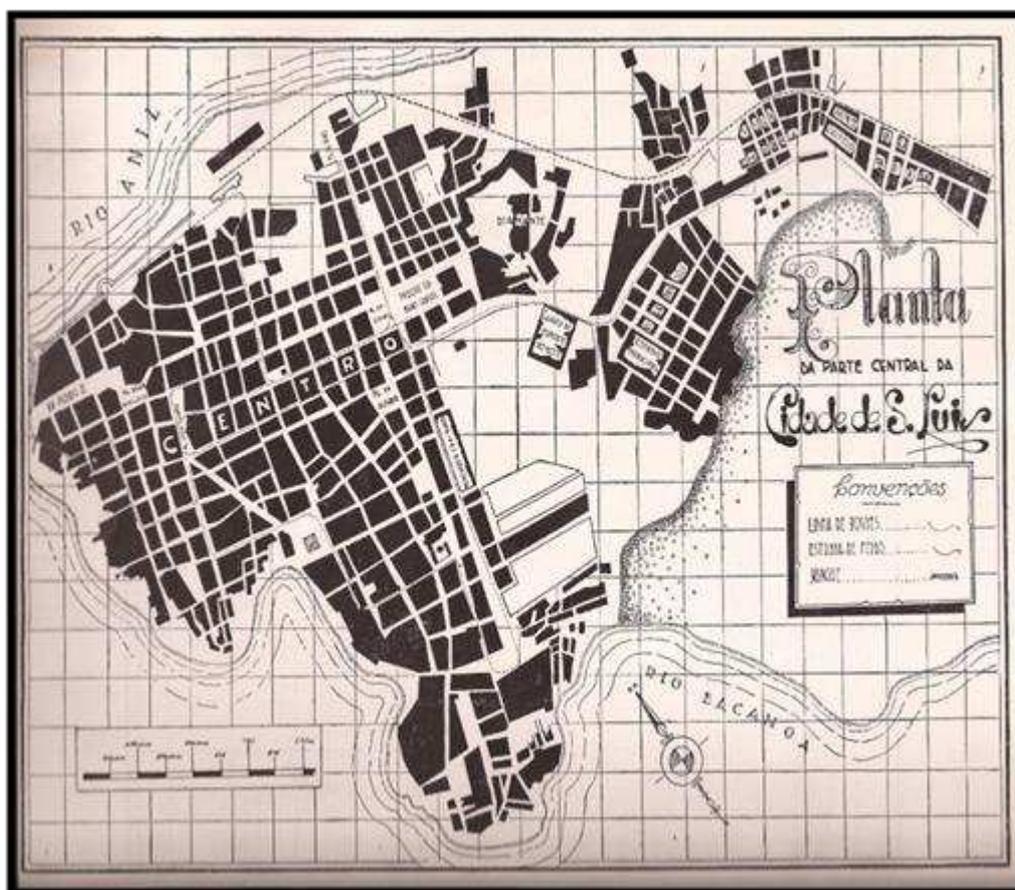
Fonte: REIS Filho, 2000, IPLAM, 2001.

De acordo com Virgínia Pontual (1999), “as práticas urbanísticas contemplam teorias e propostas de intervenções, tendo como referências secundárias complementares a política institucional e a gestão governamental”. Com isso podemos afirmar que as alterações no espaço físico da cidade com a construção da malha urbana ortogonal, realizadas logo depois de ser decretado território de domínio português, caracterizam-se como o começo da construção urbe, onde se encontram referências ligadas ao modelo de urbanização tipicamente português.

² A cidade do século XVII, apresenta o traçado do engenheiro Frias de Mesquita, o que caracteriza uma urbanização para os padrões da época, contudo, segundo o modelo de urbanismo estabelecido no fim do século XIX, a cidade ainda precisaria de muitos ajustes para se adequar ao aumento populacional após o a revolução industrial e às novas necessidades modernas.

Contudo, mesmo com um centro cívico estabelecido pela malha urbana portuguesa, a cidade não cresce muito além do que conhecemos hoje como bairro do centro histórico, assim, apenas em 1950, com o início da construção da Avenida Getúlio Vargas, podemos observar um traçado urbano notoriamente mais desenvolvido para o interior da Bahia de São Marcos, segundo no mapa de 1950 que consta no Álbum de Miécio Jorge (Ver Imagem N° 14).

Figura 14 - Álbum de São Luís, 1950.



Fonte: JORGE, Miécio, 1950.

Nesse sentido, quando no século XX começaram os planos de remodelação da urbe, acima de tudo era a busca pelo melhoramento dos serviços públicos no centro cívico da capital. Serviços públicos que Palhano (2017) descreve como “fundamentais (...) e ao longo de muitos anos, quase inexistentes, recebendo do poder público um atendimento secundário”, eram assim, infraestruturas básicas para a cidade, como abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo.

A disponibilidade de serviços públicos, anteriormente a 1889, na Capital do Estado do Maranhão, era mínima e as facilidades existentes estavam concentradas espacial, geográfica e socialmente". (PALHANO, 2017).

Ponto importante para o entendimento do aspecto sócio- econômico do fim do século XIX e o início do XX é lembrar que nesse período a população que habitava predominante no centro da capital era a elite agroexportadora e que a escravidão era algo ainda intrínseco à sociedade como um todo. A hierarquia do acesso aos direitos públicos era evidente e excludente na sociedade durante a transição do século, então, não havia manifestações que questionavam a falta de políticas coletivas pela classe trabalhadora da sociedade, porque os trabalhadores não tinham conhecimentos de eram benefícios ou não tinham direito perante as leis ainda vigentes. Assim, após constatar as evidências da urbanidade em São Luís, conclui-se que a pouca disponibilidade de serviços públicos era restrita à elite econômica e política da capital, por consequência, a outra grande maioria da população trabalhadora não tinha acesso à infraestrutura sanitária.

A parcela da classe trabalhadora ludovicense, que habitava o centro urbano ou as áreas periféricas, tinha um modo de vida precário sem acesso aos serviços básicos e à mercê das epidemias que assolavam o estado. No entanto endêmicas que ocorriam em São Luís preocupavam todas as classes sociais, pois, mesmo sendo a população carente de saneamento, a mais prejudicada, o déficit no controle das epidemias afetava toda a população local.

Os consecutivos surtos epidêmicos não ocorriam apenas no Maranhão, todo o país sofreu com a mazela da falta de infraestrutura urbana que evidentemente, deixava maiores brechas para o descontrole das doenças³. Muitas dessas enfermidades vinham com as embarcações de imigrantes europeus ou com a população de escravos transportados em precárias condições nos navios portugueses. Contudo, mesmo depois do fim da escravidão em 1888, com a criação da Lei Áurea, a saúde no Maranhão não apresentou melhoras significativas e as regulares práticas de isolamento dos enfermos em locais fora da cidade, claramente não era uma solução eficiente).

Ainda na fase pré-republicana, também, foi devastadora a epidemia de varíola que assolou a cidade em 1883, descrita no Jornal "O País" como uma "peste de horrorosas proporções". (VIVEIROS, 1954)

³ "As estatísticas sobre mortalidade indicam, por exemplo, que no período de 1860-1889 as pessoas morriam muito cedo nas principais cidades do Brasil" (PALHANO, 2017).

Em São Luís, já no começo do século XX, duas grandes epidemias preocuparam o governo, a primeira delas, a peste bubônica em 1903-1904 e, posteriormente, a gripe espanhola, em 1918-1922 (Palhano, 2017), pois além da carência de políticas sanitárias no estado do Maranhão, também não eram disponíveis tratamentos hospitalares para toda população. Assim, por meio das políticas de controle de epidemias realizadas pela Câmara Municipal, como a implantação de medidas para taxa sobre as famílias que não buscassem a vacinação em 1834, dentre outras medidas, para a diminuição dos frequentes surtos de enfermidades. No entanto, só foi possível um controle efetivo das crises na saúde pública, quando as campanhas de vacinação foram iniciadas de modo na durante a República, nos anos de 1902, isso porque a distribuição das vacinas durante o século XIX era insuficiente e por vezes não possuía equipamentos adequados.

Mesmo com o início da realização dos tratamentos contra as epidemias pela prefeitura local, a mortalidade na capital ainda preocupava o governo, pois segundo relatos médicos, a mortalidade infantil chegou a 52% das crianças até 10 anos de idade em 1925 na capital do Maranhão, (JOFFILY;1983 apud PALHANO; 2017), dado divulgado no jornal da Pacotilha, meio de comunicação popular que realiza grandemente na primeira década do século XX, campanhas de assistência à saúde infantil. O jornal popular da Pacotilha também abordava o melhoramento higienista do ambiente urbano da capital como fundamental à qualidade da vida humana em várias edições, reforçando a importância dos serviços de saneamento no meio urbano para todas as classes sociais.

A higiene é a base fundamental da vida. A ciência médica hodierna, nos seus ensinamentos múltiplos, vivendo de par com a higiene, tem assentado suas bases sobre as profilaxias defensiva e repulsiva, dela não podendo prescindir, nem viver por que sua queda inevitável.

E tão grandes são os laços que prendem a higiene a vida que, hoje, como assunto palpitante e primordial, dele se ocupam o plebeu, o mendigo, o abastado, o milionário e o homem da ciência. (...)

E, assim, o termo higiene explode de todas as bocas com muita clareza compreendido como um dos mais belos sintomas de nossa civilização. (...)

Em boa linguagem comumente se diz que a boa higiene da pobre salvaguarda a saúde do rico (...). (A PACOTILHA, BBL, 18 de junho de 1912)

As crises na saúde pública e as altas taxas de mortalidade não alteram o crescimento dos índices populacionais no estado e principalmente na capital São

Luís, durante o início do século XX. Isso devido à migração de pessoas que iam para a capital em busca de trabalho nas fábricas produtoras de açúcar na década de 1850, famílias que mesmo após o declínio econômico (1870) permanecem povoando a cidade.

Dessa forma, em 20 anos (1900-1920) o número de habitantes da capital passou de 36 mil para 50 mil - aproximadamente - indicadores bastante preocupantes, uma vez que as questões sobre a distribuição de saneamento e infraestrutura não tinham passado por evoluções abrangentes, contrário ao crescimento de outras capitais. Na década de 1920 a capital apresentava um déficit habitacional bastante notório, conseqüentemente, se estabelecem bairros periféricos ao centro histórico com construções irregulares, dentre eles se destacavam o bairro do Monte Castelo, que passou a ser polo comercial na capital e sofreu renovações bastante significativas na década de 1930, durante a intendência de Paulo Ramos (1937).

O alto contingente populacional, durante o início do século XX sofreu com os problemas advindos da modernidade, como exemplo, a falta de luz elétrica, deficiência de investimentos no transporte popular e a poluição da água. Apenas com a proclamação da república do Brasil (1889) e mais tarde com a tomada do poder por Getúlio Vargas (1930) o estado passou a investir de modo mais eficiente na infraestrutura urbana e nos serviços públicos. Antes desses avanços resultantes do quadro desenvolvimentista do país, poucas iniciativas públicas foram realizadas em São Luís. Dentre as medidas para sanar a falta de água e de energia, Palhano (2017) cita a aprovação da Lei 287 para o processo de encanamento de águas do Rio Anil (1850) onde por meio da criação de uma companhia de distribuição, ocorre a substituição da iluminação a álcool terebintinado para iluminação a gás hidrogênio datada em 1861 e a licenciatura para a montagem de trilhos de ferro destinados à circulação de veículos conhecidos como “road steamer”, que poderiam ser movidos por animais ou a vapor, companhia conhecida como Ferro-Carris (ver imagem nº 15).

Figura 15 - Foto de Gaudêncio Cunha. Bonde de Ferro Carril do Maranhão. Cartão postado em 28.02.1926.



Fonte: São Luís memória e tempo - São Luís em cartões postais e álbuns de lembrança.

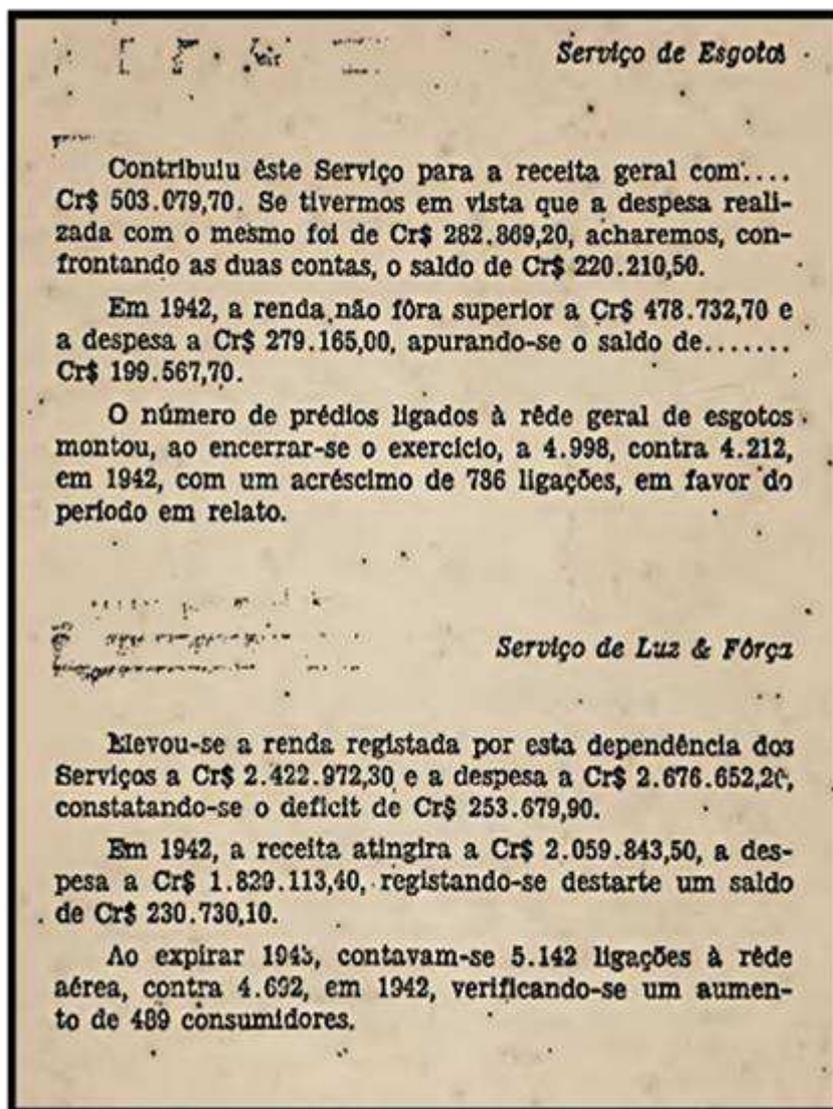
Porém, eram necessárias mais que a criação dos serviços públicos abrangentes para que a cidade operasse de modo eficiente. Assim, sendo, em 1902, o engenheiro Cantanhede apresenta à prefeitura uma proposta de plano urbano, “Saneamento das Cidades e sua Aplicação à Capital do Maranhão”, como primeiro plano de zoneamento urbano de São Luís, apenas superado décadas depois pelo Plano de Remodelação Urbana de Saboya Ribeiro em 1936.

O plano de Extensão da cidade e do alargamento de suas ruas são necessidade exigida pela hygiene, pela esthetica e pelos interesses comerciais. (Cantanhede, 1902)

Os planos urbanos do começo do século XX, realizados em São Luís, dão início a uma série de reformas urbanas com intenções de transformar o antigo centro colonial em uma capital modernista, visando o melhoramento da economia maranhense, que se encontrava em baixa desde o fim do século XIX, buscando sanar os problemas sanitários da cidade que assolaram a população por tantos anos. Entretanto, apenas pequenas reformas foram realizadas em São Luís até o início do mandato de Neiva de Santana (1937), quando o Brasil já estava sobre comando da política do Estado Novo e a intendência do Estado nas mãos de Paulo Ramos, este que deixou escrito em seus relatórios (1939 e 1947) as obras de

renovação e melhoria dos serviços públicos realizados durante seu mandato (ver imagem nº 16).

Figura 16 - Página sobre as melhorias realizadas no Serviço de Esgoto e Luz da capital.



. Fonte: RAMOS, Paulo, Relatório de 1943.

3.1 Primeiros planos urbanísticos de remodelação de São Luís

3.1.1 Plano Urbanístico de Cantanhede (1902)

O engenheiro Palmério de Carvalho Cantanhede, natural da cidade de Codó, interior do Estado do Maranhão, recém-graduado em engenharia civil no Instituto de Troy, em Nova York, descreveu em 1902, o primeiro Plano de Zoneamento

Urbanístico de São Luís. Esta proposta, previamente inspirada pelo plano de urbano Paris tinha como um dos princípios “corrigir os defeitos da cidade construída”, logo, almejava uma reforma cuja base estava no saneamento das edificações do centro histórico.

Cantanhede trouxe para a república ludovicense inspirações não apenas de Paris, mas de outras cidades que já haviam passado pelo processo de urbanização, como Nova York (1811), isso porque grande parte de sua formação acadêmica foi destinada a observar a fundo como funcionavam os projetos de reforma urbana realizados no século XIX nas grandes cidades urbanizadas.

Dentre as observações realizadas sobre São Luís por Cantanhede (1902), destacam-se as constantes crises endêmicas devido à falta de esgotamento público, o que era uma contradição para ele, uma vez que a cidade foi uma das primeiras capitais brasileiras a possuir um indício de plano de organização municipal. Contudo, para o engenheiro urbanista era muito claro que as constantes crises epidêmicas eram justificadas pela exclusividade dos serviços públicos os altos escalões da elite urbana de São Luís, cidade que acabara de sair do regime escravocrata segregador.

Um dos grandes empecilhos ao saneamento de muitas cidades tem sido o conjuncto de habitações pobres onde se aglomera uma enorme população, balda de asseio e de conforto [...] e onde se irradia uma atmosphera perniciosa ao physico e ao moral do individuo. A esses cortiços onde reina a mais revoltante promiscuidade e que são a negação a mais completa [?] do asseio, é preciso dar combate e provar que a limpeza não é incompatível com a pobreza que pode e deve trabalhar. (CANTANHEDE, 1902, p.194)

Ao realizar visitas aos bairros periféricos ao centro urbano, Cantanhede compreendeu a dimensão do problema urbano da capital ao se deparar com a realidade decadente da população humilde da cidade. Assim, o engenheiro é um dos primeiros nomes a relatar a deficiência da distribuição de água na cidade, que nessa época contava com a utilização de torneiras pagas, com canalização em diâmetro insuficiente e falta de capacitação da população quanto à importância de higienização.

Em seus relatos sobre o cenário geral da capital, Cantanhede, descreveu as habitações populares frutos da autoconstrução nas periferias, como locais de extrema pobreza onde a contaminação por doenças era facilitada pela falta de limpeza e apontava a distribuição de água como insuficientemente distribuída, (Palhano, 2017).

Neste mesmo sentido, Cantanhede também relatou a situação que se encontram os rios que cortam o município, relatando o abandono e poluição dos mananciais, o que custaria a falta de água no futuro da cidade, pois segundo ele, já no início do século XX, o volume de água dos mananciais era insuficiente para a quantidade de 50.000 pessoas – aproximadamente - que habitavam São Luís. Segundo Palhano (2017), as águas distribuídas nas fontes públicas, apenas serviam para irrigação de jardins, pois neste mesmo período, estas não eram mais adequadas para a alimentação, uma vez que também não havia rede pública de esgotamento ou coleta de lixo urbano.

Os antigos bairros são dotados de ruas estreitas; nos novos, porém, a largura é reduzida à metade. O defeito aumentou, em lugar de ser corrigido. As ruas foram alinhadas à vontade pelos primitivos construtores, que estabeleceram as suas casas de palha ou de telha ao sabor de cada um, o que provavelmente se lhes permitiu fazer, por ficarem essas habitações fora da cidade ou dentro d'algum terreno particular. (CANTANHEDE, 1902, p.132)

Nesse momento, o engenheiro inicia a política de conscientização quanto à necessidade da distribuição de água pela cidade, exigindo das empresas, que na época realizavam a coleta de água potável no Rio Anil, medidas bem estabelecidas quando à regulamentação da oferta deste produto, para a realização de um “consumo obrigatório, torneiras fracas, suprimento contínuo, pagamento semestral, conjuntamente cobrado com a décima urbana” (PALHANO, 2017 abud CANTANHEDE, 1902, p.9).

Outras casas foram se construindo ao lado d'essas [as mais antigas] e dentro de pouco tempo, acharam-se encorporados à cidade muitos bairros defeituosos, que vieram se juntar aos outros, como eles formados e respeitados pelos poderes municipaes. O bairro da Currupira com suas ruas de 5 e 6 metros, o de São Pantaleão, o do Apicum, o que se está formando nas proximidades da estação Ferro Carril e bem assim outro, além dos Dois Leões no Caminho Grande; tudo isso constitue a futura cidade, ou antes a cidade nova – expansão da actual. (CANTANHEDE, 1902, p.132-133)

Com todas as constatações sobre a carência da distribuição de água e esgoto na cidade e sobre o precário modo de vida da população trabalhadora de São Luís, o engenheiro Cantanhede, segundo seus estudos sobre infraestrutura urbana, enxergava que antes da realização do saneamento urbano uma etapa importante a ser realizada era a obra de padronização das ruas e calçadas, tanto da parte que se expandia quanto do antigo centro urbano. No entanto, os estudos de Cantanhede não foram considerados por completo e apenas medidas simplórias foram

executadas durante os primeiros anos do século, não cessando completamente a base das grandes crises epidêmicas urbanas, assim como a falta de higiene pública.

Para o plano de extensão, há necessidade de projectar alguns viaductos que tornarão a cidade de um aspecto muito mais agradável, com ruas mais direitas e que oferecem mais vantagens para os encanamentos de esgotos e de água potável. Quanto à parte já construída, é preciso estabelecer a lei do recúo, de modo que, uma vez recuadas todas as casas, a rua apresente uma largura única, perfeitamente alinhada, com rampas uniformes e não uma rua mais larga, obedecendo a todas as sinuosidades da primitiva e com todos os defeitos do seu nivelamento" (...) (CANTANHEDE, 1902, p.132)

3.1.2 Plano Urbanístico de Octacílio Saboya (1936)

A linguagem da arquitetura modernista de São Luís é principalmente fruto do traçado realizado pela renovação urbanística na década de 1950, depois do plano urbanístico realizado por Ruy Mesquita. Contudo, parte precedente deste plano urbanístico foi idealizada anos antes por Octacílio Saboya Ribeiro, na época, prefeito de São Luís, durante o mandato do governador e interventor Paulo Ramos (Ver Imagem Nº 17). Embora, a maior parte das ideias contidas no plano, pertencessem à Saboya Ribeiro, como planejador urbano, essa apenas foi executada pelo seu sucessor, Pedro Neiva de Santana, (1938).

Figura 17 - Octacílio Saboya.

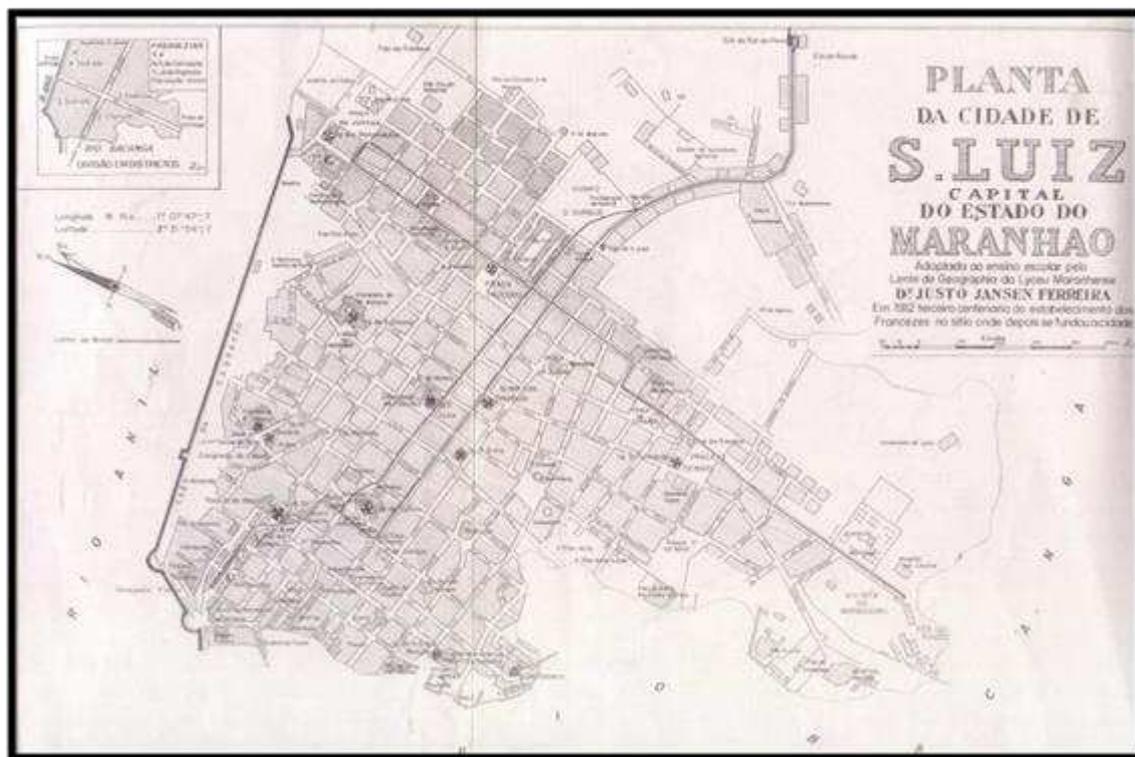


Fonte: acervo família Mesquita, cedido para pesquisa.

Na época em que aceitou o cargo de prefeito da cidade de São Luís, Otacílio Ribeiro exercia o cargo de engenheiro chefe de uma das linhas de adutoras do rio da Lages, no Rio de Janeiro, além disso, dentre os feitos desse importante personagem do urbanismo brasileiro, estão o plano urbanístico de Juiz de Fora e a urbanização dos bairros do Recreio, Leblon e Jardim Botânico.

O cearense assume ter aceitado o cargo de prefeito da cidade pela oportunidade de oferecer uma reforma apropriada à capital do Maranhão, caracterizando essa como “tão bela, quanto decadente”, (Ribeiro, Saboya 1937), uma vez que ainda apresentava características do século XVIII e quase nenhuma intervenção em seu traçado original. Contudo, em seu depoimento aos vereadores da cidade demonstra um apreço à história e ao patrimônio, mesmo que ainda, necessite do “sopro do progresso” (Ver Imagem Nº 18).

Figura 18 - Planta de São Luís, 1912.



Fonte: Jomar Moraes, 1989, MA.

Nessa perspectiva, Otacílio Ribeiro pretendia realizar um plano urbanístico que resolvesse os principais problemas do centro urbano, sem modificar desnecessariamente as características originais da cidade, conseqüentemente suas intenções com a renovação não teriam cunho político ou de privilégio à classe conservadora, mas sim, seria destinado ao bem coletivo e favorável à melhoria do saneamento e economia local.

Dentro do quadro de necessidades apresentado pela cidade, Ribeiro destacou a princípio as péssimas condições de moradia e higiene do centro urbano, a ausência de um matadouro público e a necessidade de um mercado municipal salubre. Ele cita em sua mensagem ao diário oficial a situação das moradias populares como os “sórdidos albergues, oferecidos a preços altos, explorando a pobreza e dando a seres humanos moradias indignas”, e em outro tópico caracteriza o mercado municipal existente como “barracão infecto (...) localizado permeio a quadras insalubres”⁴. Com isso, pode-se imaginar que o centro urbano se encontrava em precária situação e como a renovação e modernização era urgente para a melhoria qualidade de vida da população.

⁴ Decreto Nº233; Diário oficial de 1937.

O engenheiro Otacílio, que antes já havia trabalhado em projetos de extensão de outras cidades, como Juiz de Fora e São Sebastião em São Paulo, observava a cidade de São Luís como se essa estivesse imersa dentro de um passado histórico que apenas a levaria a regredir quando se comparada a outras grandes cidades do Brasil, às quais estavam evoluindo para o progresso urbanístico.

Nesse sentido, para o prefeito, o Plano de Extensão e Remodelação de São Luís tinha três eixos principais que motivaram sua idealização e nortearam a dissolução dos problemas encontrados. “Eram estes pontos, a maneira negativa como a cidade antiga se apresentava”, (RIBEIRO, Saboya, 1937, LOPES, Antônio, p.165).

Essas três linhas de pensamento vinham de inúmeras problemáticas que o prefeito havia observado, sobretudo, no centro histórico da cidade. Dessa forma, ele pontuou a falta de saneamento ou “defeitos de higiene”, o qual justificaria a demolição de ruínas ou casarões em estado de degradação, também o déficit habitacional solucionado de modo ineficiente e insalubre pelos cortiços e albergues, junto à repetição da linguagem tradicional portuguesa nas fachadas, que demonstrava o apego ao passado “mas não condizia com a actualidade” (O Imparcial: 25/02/1937)⁵ e ,por fim, a permanência do traçado tricentenário, que “jamais recebera qualquer remodelação systematica ou melhoramento extensivos” (RIBEIRO, Saboya, 1937, LOPES, Antônio, p.168).

Para o prefeito era dever da prefeitura fornecer “os elementos necessários ao seu surgimento, realizando obras dentro de um plano de conjuncto” (RIBEIRO, Saboya, 1937). Assim, antes da realização de tais projetos era necessário reorganizar o sistema de funcionamento da prefeitura, criando as comissões organizadoras, previstas no código de postura, cujas funções eram de detalhar as ideias e projetos iniciais do prefeito para ter conhecimento de quais elementos deveriam ser modificado e assim então construir o grande plano de remodelação urbanística de São Luís.

Dentro dos ideais de melhoria de Saboya, nenhum aspecto de melhoria era superior a outro, de modo que todos iriam ser trabalhados igualmente dentro da cidade. Portando, o aspecto histórico da cidade, não iria se sobressair à clara necessidade de saneamento e remodelação do centro histórico, fato este que não

⁵ Jornal O Imparcial: 25/02/1937.

agradou a parcela defensora do “espírito tradicional”, estudiosos que alegavam que para preservar o patrimônio histórico era necessário resguardar o bairro de construções e modificações modernistas na morfologia urbana, mantendo assim uma suposta unidade das edificações e mantendo o traçado original intacto. (LOPES, Antônio, p.194).

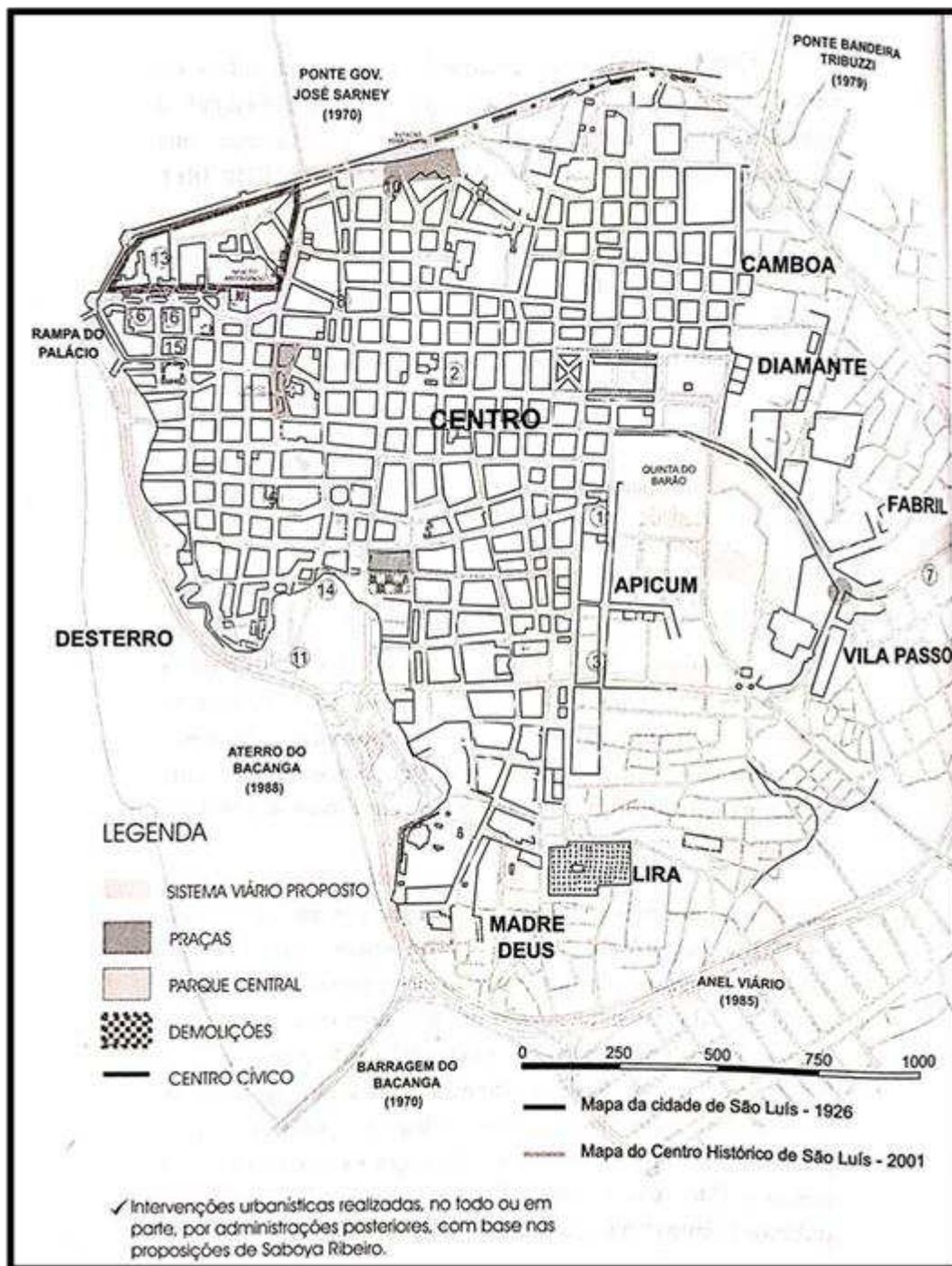
Contudo, sobre um ideal modernista, Saboya relatou em diários oficiais suas ideias de melhorias e as medidas importantes para a construção de uma renovação urbana coerente com as necessidades da cidade. Assim, como uma das primeiras medidas está a criação do cargo de engenheiro fiscal de obras da diretoria de serviços municipais, em 19 de maio de 1937⁶ e pouco tempo depois a criação da Comissão de Planejamento da Cidade, em 23 de março de 1937⁷. Esses profissionais eram incumbidos de fiscalizar as obras e pôr em prática o código de postura municipal, o que demonstrava o caráter técnico que Octacílio conduz seu mandato (Ver Imagem N^o 19).

O projeto de remodelação do traçado urbano, pensado pelo prefeito, iria modificar para sempre a paisagem presente no centro histórico da capital, local onde essa proposta mais demandava atenção. Esse plano tratava de conectar todos os eixos de problemáticas centrais com a idealização de uma interligação entre os equipamentos urbanos e espaços livres da cidade, sendo alguns desses espaços, até então, apenas existentes em seus planos, exemplo desses são a Praça João Lisboa, Praça do Mercado e Estação Ferroviária. (LOPES, José Antônio Viana. 2003) (Ver Imagem N^o 20).

Figura 19 - Reconstituição do "anteprojeto de remodelação da cidade" a partir de mensagem apresentada por Octacílio Saboya Ribeiro (1937).

⁶ Jornal O Imparcial: 25/02/1937.

⁷ Jornal O Imparcial: 25/02/1937.



Fonte: LOPES, Antônio, 2013.

Figura 20 - Imagens da Praça João Lisboa, nos anos de 1906.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Para realizar essa conexão foi necessário construir de um rasgo na diagonal no centro, ampliando a largura de algumas ruas, como a Rua do Egito, antiga Rua Tarquínio Lopes, (Ver imagens nº 21, 22 e 23) e construir outras vias, assim, podemos citar a Avenidas Magalhães de Almeida, Rua das Cajazeiras, Rua da Paz, Rua Sete de Setembro, Ruas Jacinto Maia e Belarmino Matos. Obras que estabeleceriam um centro cívico na cidade, pois daria espaço para a construção dos pontos nodais que conectam e reorganizaram o tráfego urbano, criando consequentemente, espaço para a construção dos prédios públicos modernistas indispensáveis para o funcionamento da cidade. (ANTÔNIO LOPES, p.174/175). Desta mesma obra resulta, também, outra linguagem arquitetônica conhecida como bangalô e parte das residências modernistas que rodeiam o centro, uma vez que, outro plano do prefeito Otacílio era a conexão da Avenida Beira Mar ao centro cívico urbano (Ver Imagem Nº 24).

Figura 21 - Imagem antiga da Rua do Egito, nessa época ainda Rua Tarquínio Lopes, postadas nos anos de 1909 e 1912, antes das demolições de seu alargamento.



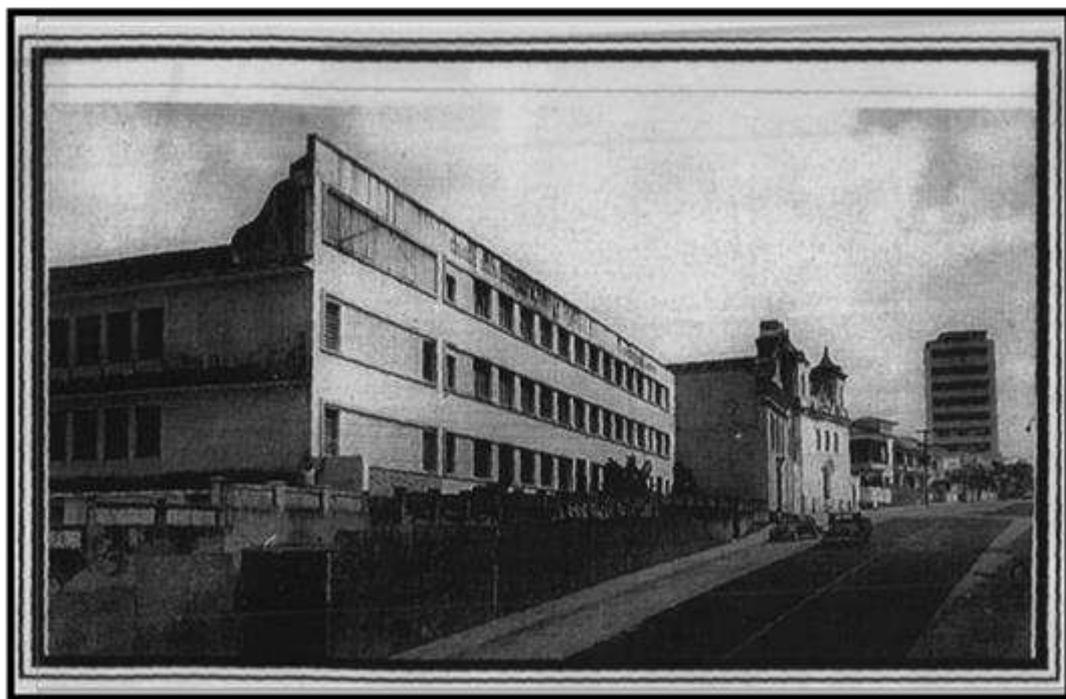
Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Figura 22 - Imagem antiga da Rua do Egito, nessa época ainda Rua Tarquínio Lopes, postadas nos anos de 1909 e 1912, antes das demolições de seu alargamento.



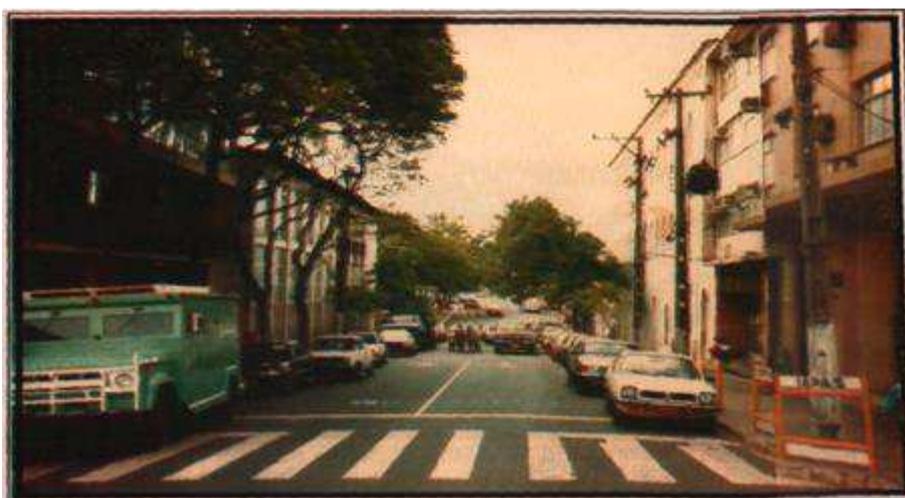
Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Figura 23 - Imagem da Rua do Egito, na década de 70, após a sua duplicação.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Figura 24 - Rua do Egito, na década de 70, após a sua duplicação, vista de diferentes locais da rua. Nessas imagens já se pode observar a substituição dos bondes pela presença dos automóveis, um dos objetivos de Getúlio Vargas para fomentar a economia nacional.

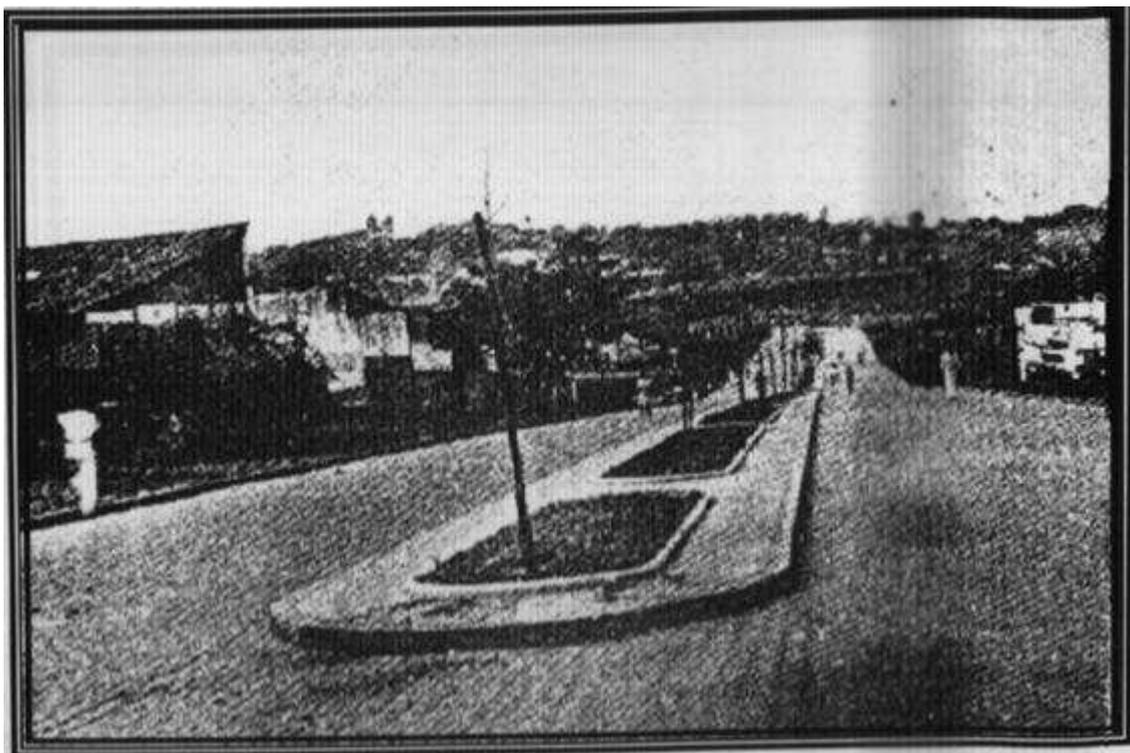


Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

A construção da Avenida Magalhães de Almeida (Ver imagens nº 25,26), como fazendo parte, surge como esse rasgo no traçado original da cidade, fazendo parte, portanto, do objetivo do prefeito Otacílio de articular o centro urbano para futuro centro comercial e industrial da cidade. Podemos identificar, desse modo, a Rua do Egito, e a Avenida Magalhães de Almeida como vias conectadas que incentivam o uso do automóvel na direção do novo mercado municipal e em seguida a Avenida Cinco de Julho, hoje conhecida como Avenida Beira Mar.

A quarta avenida seria construída pelo prolongamento da Praça João Lisboa até a Avenida Cinco de Julho (Beira Mar), acompanhando, mais ou menos, a diretriz da Rua Tarquínio Lopes; da parte sul da Avenida João Lisboa, partiria o segundo trecho, na direção do Mercado em construção, cuja praça constituirá uma rótula do sistema viário, articulando as Zonas comercial, industrial e residencial. (Diário Oficial, agosto de 1937).

Figura 25 - Imagens da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Figura 26 - Imagens da Avenida Magalhães de Almeida, de após da década de 1950.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Dentre outras realizações importantes do prefeito Saboya, destacou-se o incremento dos novos aspectos normativos, um deles e talvez o mais significativo para o melhoramento da cidade foi o Código de Posturas do Município de São Luís. Uma vez que o código municipal de 1893 era ultrapassado e não mais atendia às novas necessidades da cidade, o novo código teria o papel de ordenar os planos de desenvolvimento urbano. Com isso, a então norma escrita em 1936 tinha princípios baseados no “embelezamento, ventilação, salubridade, higiene e transporte urbano”, pontos indispensáveis para a melhoria da cidade. (Código de Postura do Município de São Luís 1936, Art. 21, ANTÔNIO LOPES, p.185).

Dentro do aspecto do saneamento, para o prefeito era mais que importante à demolição dos prédios sem valor arquitetônicos que se encontravam em estado de arruinamento, pois tais edificações ofereciam perigo aos transeuntes e moradores. Este conjunto de demolições, mais o valor exorbitante das obras de ligação e ampliação da Avenida Pedro II, foram a causa da destituição do prefeito e substituição por Pedro Neiva de Santana.

Assim, grande parte das intervenções de Saboya almejadas, inspiradas pelas reformas urbanas e sanitárias de Pereira Passos apenas foram realizadas em São Luís pelos seus sucessores. Este, por sua vez, retorna ao Rio de Janeiro para assumir o cargo de professor da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil. Contudo não podemos deixar de ressaltar a importância de seu plano

como marco na introdução do urbanismo moderno na capital, que mais tarde na continuação de seu plano com o prefeito Pedro Neiva de Santana durante a intendência de Paulo Ramos e nos anos de 1958, serviu como inspiração para o plano expansionista de Ruy Mesquita.

3.2 Interventor Paulo Ramos (1936 - 1945)

A nomeação de Paulo Ramos como interventor do Maranhão no governo de Getúlio Vargas caracterizou um novo momento na política do Brasil e do Maranhão (Ver imagem nº 27). Atuando no período do Estado Novo (1937-1945), os interventores tinham objetivo de alavancar o crescimento e desenvolvimento dos estados após a crise econômica internacional de 1929, assim tinha a intenção de apoiar o presidente Getúlio na busca pela ascensão do capitalismo, por meio da ampliação do parque fabril nacional.

Figura 27 - Nomeação de Paulo Ramos.



Fonte: Jornal da Pacotilha, década de 30.

Paulo Martins de Sousa Ramos foi nomeado interventor em 1936 e antes de exercer o cargo nacional foi funcionário do ministério da Fazenda em São Luís (Ver imagem nº 28). Seu mandato representou para o Estado do Maranhão um novo período de crescimento estatal, vislumbrando a modernização da urbe como principal elemento de crescimento nacional, tudo isso, dentro de um regime de caráter autoritário e conservador.

Figura 28 - Fotografia do Interventor Paulo Ramos.



Fonte: JORGE, Miécio 1950.

Eleito, portanto indiretamente pela elite parlamentar do Estado, tinha nome imponente dentro das lideranças do Maranhão, sendo aceito rapidamente pelo Presidente Getúlio Vargas. Contudo, mesmo dentro de um governo autoritário tinha pontos bastante determinantes em sua política a fim de trazer melhorias às condições das demais camadas sociais, principalmente porque seguia a mesma linha modernista do Prefeito, Saboya Ribeiro (1936), que buscava a solução

higienista da capital, através da modernização do centro histórico e posteriormente, pelo plano de expansão urbana da cidade. Assim, Paulo Ramos utilizou-se do plano escrito por Saboya Ribeiro para guiar muito de seus projetos como governador, sobretudo o plano de zoneamento urbano e o alargamento de vias no centro histórico.

O interventor deixou escritos dois relatórios⁸ sobre o Estado do Maranhão, em que traziam referências ao que ocorreu nas duas etapas de seu governo, primeira até o ano de 1939 e segundo até meados de 1947. Os relatórios documentais eram destinados ao presidente Vargas e expunham a situação econômica da região no início do governo, citando as precariedades do Estado, principalmente as deficiências na infraestrutura de São Luís, as crises epidêmicas e de transporte que passava a região.

Conseqüentemente, o Intendente descreveu suas iniciativas para a melhoria na capital, como a criação de um Departamento de Obras da Prefeitura da capital (1938), junto à criação de outras secretarias e departamentos, com o propósito de organizar os trabalhos dentro da sua administração, conjunto à melhoria dos serviços públicos existentes, a exemplo da limpeza pública municipal, com o “pagamento normatizado dos funcionários e adquirindo veículos motorizados para a remoção do lixo, em via de substituição às antiquadas carroças de tração animal (...)” (RAMOS, PAULO. 1939).

Paulo Ramos cumpriu objetivos em seu mandato, que estavam alinhados à política de Getúlio Vargas. Independente do caráter autoritário do governo do Estado Novo, durante seu mandato, o interventor construiu serviços essenciais ao desenvolvimento urbano no Estado do Maranhão como escolas, hospitais e mercados. Os edifícios institucionais construídos nesta primeira metade do século XX, ainda se encontram presentes na cidade, sendo utilizados para as funções ao qual foram construídos. Tais como Liceu maranhense, antigo palácio da educação, Escola modelo (Ver Imagem N^o 29), Palácio do comércio (Ver Imagem N^o 30), dentre outros edifícios com estilo modernista, localizados no trecho de urbanização da cidade.

Decreto N^o 813 DE 29 DE DEZEMBRO;

⁸ Relatórios de Paulo Ramos 1939, 1947.

Autorização a aquisição de prédios destinados a ampliar a área reservada à construção do edifício para a Escola Modelo, em S. Luiz. (RAMOS. PAULO, 1943).

Figura 29 - Escola Modelo.



Fonte: JORGE, Miécio 1950.

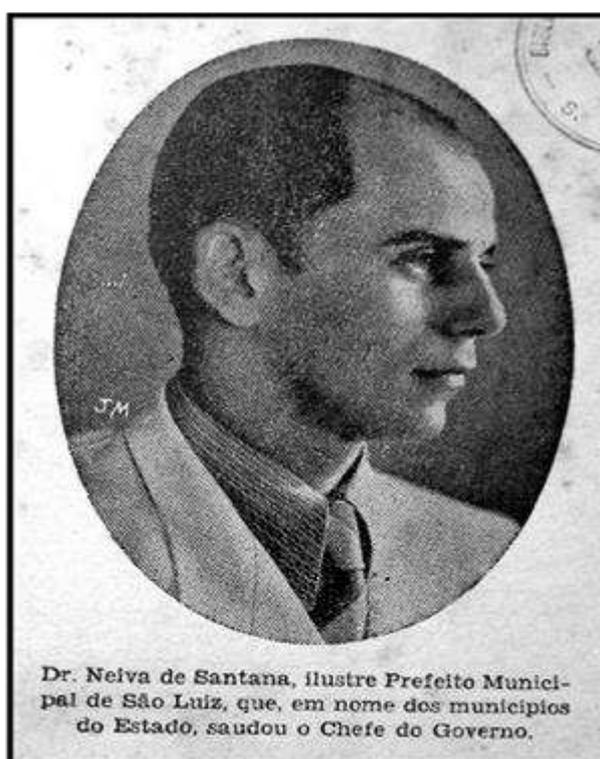
Figura 30 - Palácio do Comércio.



Fonte: JORGE, Miécio 1950.

Importante lembrar que mesmo Saboya Ribeiro sendo o autor do planejamento de grande parte das obras de remodelação, a promoção das melhorias urbanas fora realmente executada pelo prefeito Pedro Neiva de Santana (1937) (Ver imagem nº 31). Com formação acadêmica em medicina, esse prefeito teve importante papel no controle das finanças públicas durante sua atuação, chegando, posteriormente ao seu mandato, a trabalhar na Secretaria da Fazenda do Estado (1966-1970).

Figura 31 - Imagem do Prefeito Pedro Neiva de Santana, 1943.



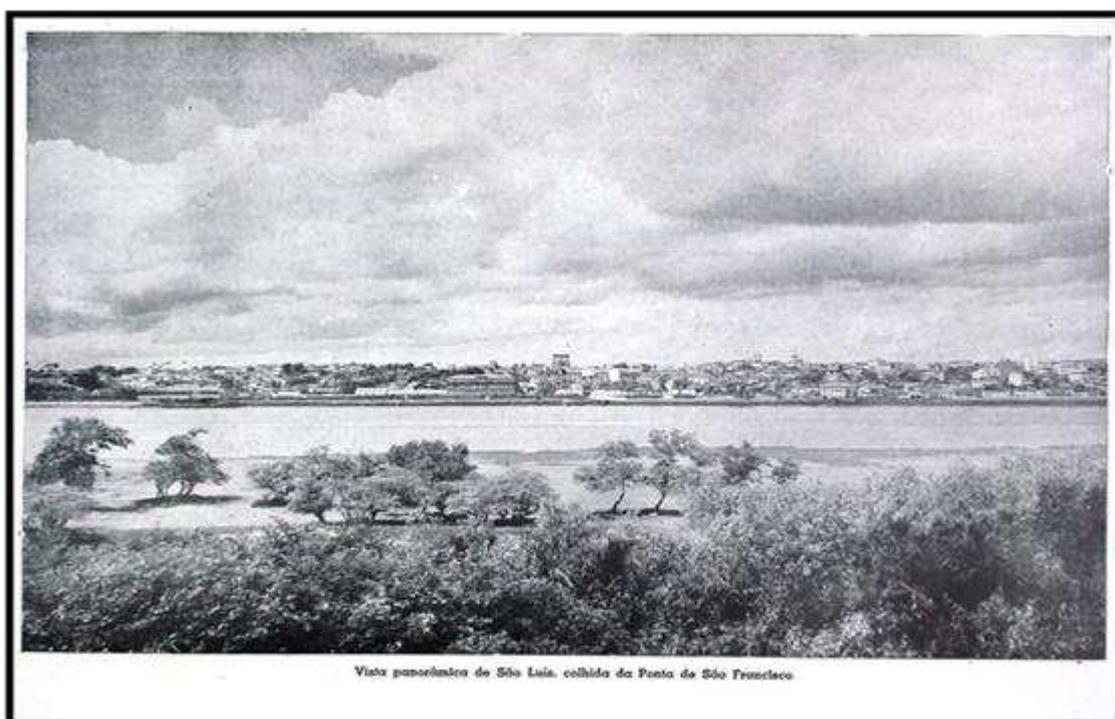
Fonte: RAMOS. Paulo, Relatório 7 anos de governo 1343, acervo BBL.

No entanto, antes de iniciar as melhorias no centro histórico foi necessário reformular a legislação estabelecida pela prefeitura anterior. Com isso foi uma importante decisão incentivar à construção de mais pavimentos no centro cívico da capital, decisão que alterou a paisagem urbana do centro, pois incorporou a grande escala do modernismo às construções predominantemente coloniais (Ver imagens nº 32 e 33).

O decreto municipal nº 329 do ano de 1938, frisava a importância do alinhamento predial, estabelecendo um recuo e conseqüentemente incentivando o alargamento das ruas. Podemos observar que os decretos estabelecidos na época

tinham como intenção a verticalização do centro histórico e a modificação dos espaços internos dos edifícios, pois essas eram características da modernização urbana e exigências para uma reforma sanitária na cidade.

Figura 32 - Imagem de 1950 da paisagem do centro urbano de São Luís vista do lado oposto ao centro histórico, onde hoje se localiza o bairro do São Francisco.



Fonte: JORGE, Miécio 1950.

Figura 33 - Imagem do Centro histórico de São Luís vista do lado oposto ao centro histórico, onde hoje se localiza o bairro do São Francisco, após os anos 2000.



Fonte: Livia Furtado, Pesquisa Pibic 2018.

Além da decisão de incentivar a verticalização, esse mandato também criou decretos para a tentativa da resolução dos problemas básicos ainda permanentes na cidade, como a crise higienista. Assim, decretou a isenção de impostos para as edificações que passassem por melhorias estruturais e sanitárias.

Outro ponto que estava relacionado com o plano sanitário de Cantanhede⁹ foi a necessidade por uma ordenação predial, por meio do alinhamento dos edifícios, construção de calçadas e da criação de recuos entre a rua e as edificações.

Por fim, seguindo as novas exigências modernistas, Paulo Ramos autorizou a realização de alterações dentro dos casarões coloniais, parcialmente descaracterizados, para melhorias internas e também na modificação das fachadas, “proporcionando iluminação direta em todos os compartimentos” (Lopes, Antônio Viana, 2013), com ressalva para as construções que apresentem azulejaria, nas quais ficam proibidas, pelo relatório de 1943, realizar qualquer modificação.

Dentre as medidas que tem sugerido ao Prefeito, figuram as referentes à proibição de demolição de asa de mirantes ou revestidas de azulejos; à retirada obrigatória da tinta de revestimento das peças de catania lavrada das ombreiras, lumieiras e sacadas de prédios, e à fixação das zonas de arquitetura tradicional característica, a fim de poderem ser devidamente conservadas na execução do plano de reforma urbana. (RAMOS. PAULO, 1943).

Um outro Decreto municipal estabelecido por Neiva de Santana foi o de nº 330, que estabelece em 1938 um novo zoneamento urbano, com divisão da cidade em quatro zonas específicas com diferentes funções, seriam essas, a zona comercial, industrial, residencial e agrícola, características específicas de um zoneamento modernista (Ver imagem nº 34).

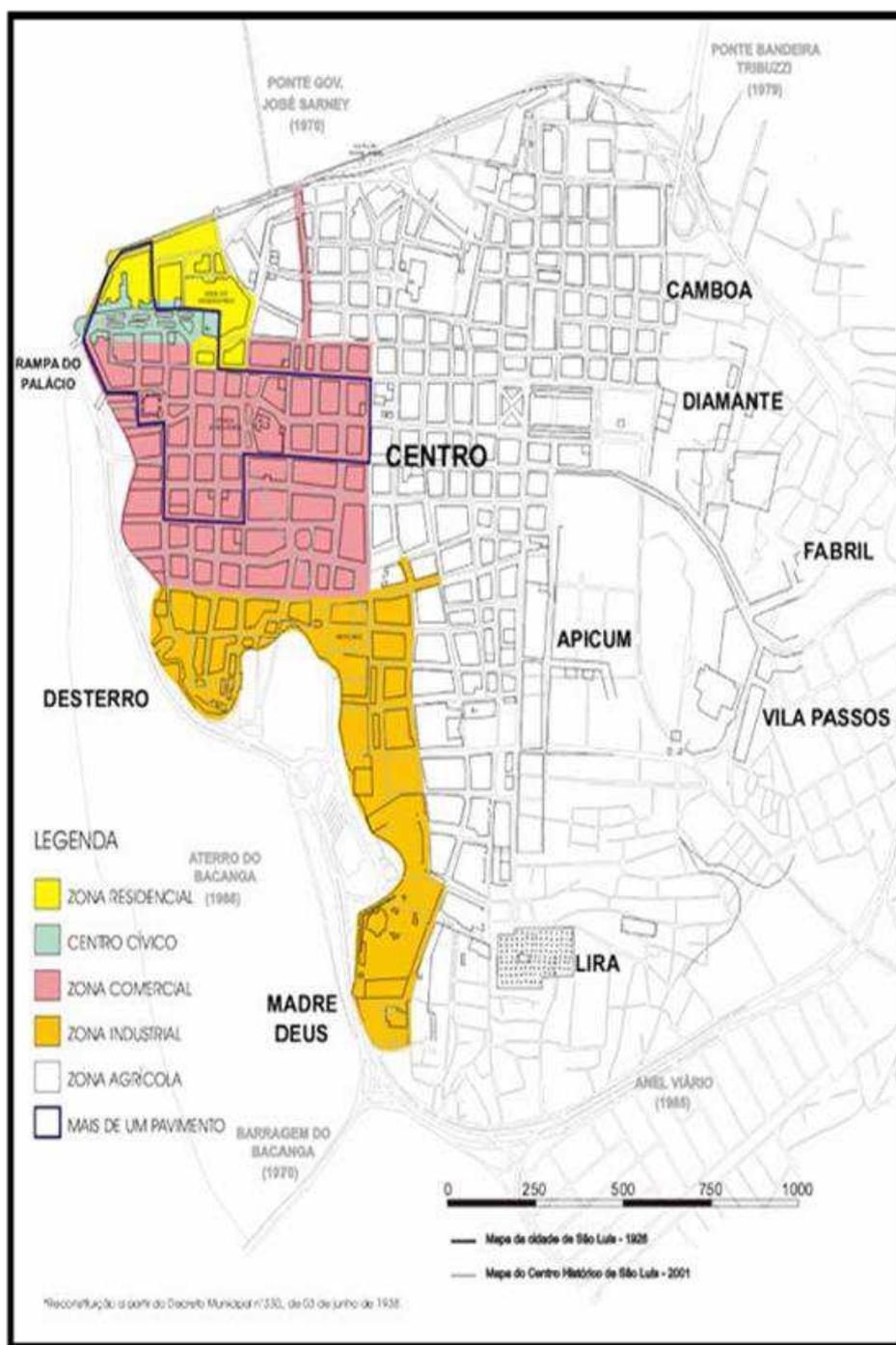
Pelo Art. 8º desta legislação pode-se notar o incentivo à verticalização em um perímetro específico do centro histórico, no qual se encontram atualmente as vias: Avenida Beira Mar, Avenida Pedro II e Rua Montanha Russa, Rua do Sol, Rua São João, Rua Oswaldo Cruz ou atual Rua Grande, Rua Afonso Pena, Rua Henrique Leal, Rua da Estrela e Rua Boa Ventura.

No tópico seguinte, o Art. 9º nas construções ou reconstruções dentro da Zona Residencial deve ter recuo igual ou superior a 3 metros da via pública. Ao analisar a legislação do zoneamento de 1938 se destaca a viabilidade de executar demolições dentro da cidade colonial a fim de construir um centro modernista,

⁹ Plano de saneamento Urbano de 1902, realizado para a cidade de São Luís pelo engenheiro civil Palmério de Carvalho Cantanhede.

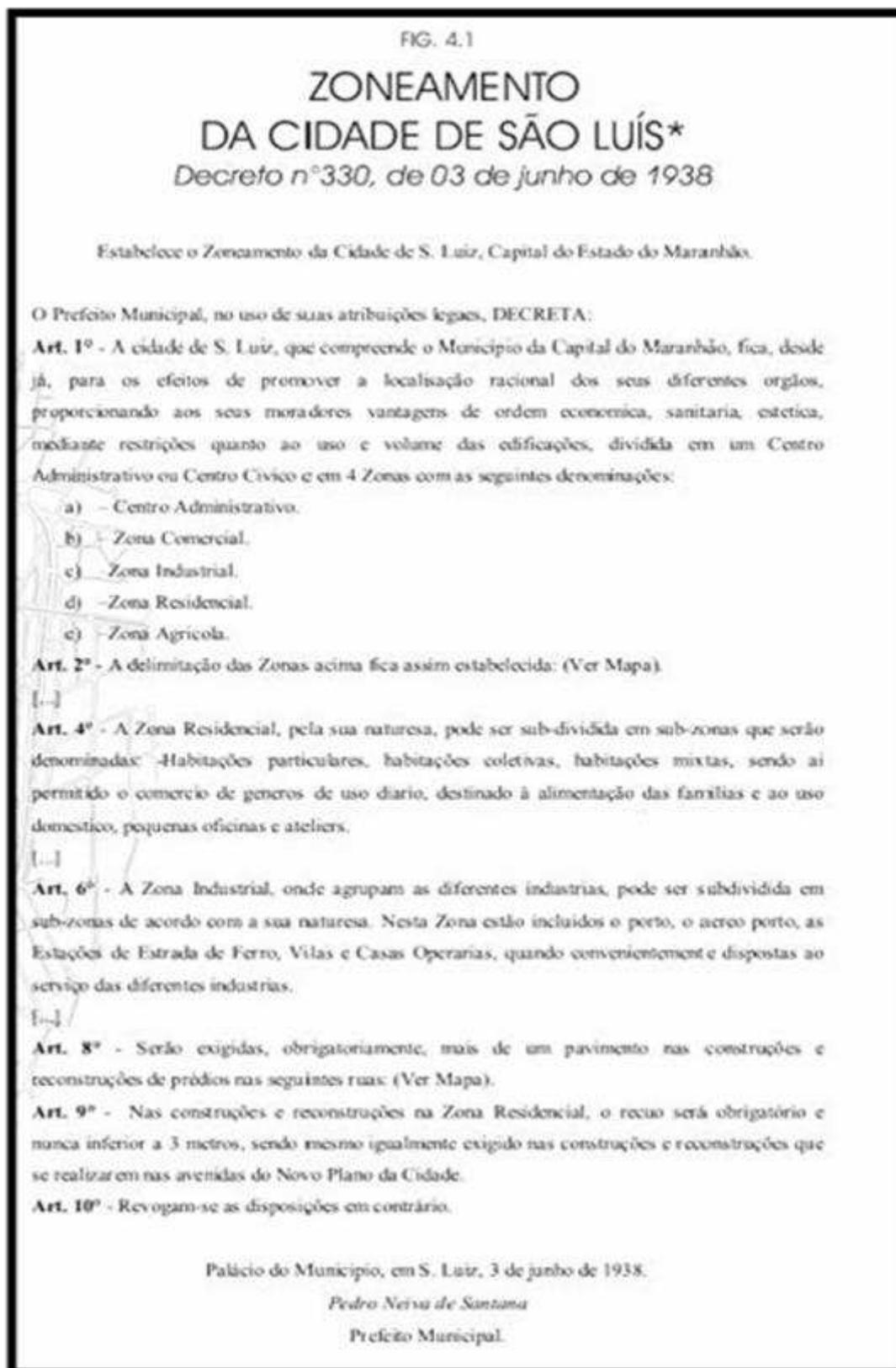
contudo, essa legislação não prevê nenhum decreto para as áreas de expansão urbana, além do centro cívico da cidade, caracterizando “a cidade moderna de Pedro Neiva de Santana, funcional, centralizadora e excludente que deveria se construir sobre a cidade antiga, colonial” (LOPES, Antônio Viana. 2013) (Ver imagem nº 35).

Figura 34 - Imagem do zoneamento de 1938, estabelecido na prefeitura de Neiva de Santana.



Fonte: VIEIRA, Antônio. São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial, 2013.

Figura 35 - Imagem do zoneamento de 1938, estabelecido na prefeitura de Neiva de Santana.



Fonte: VIEIRA, Antônio. São Luís, Capital Moderna e Cidade Colonial, 2013.

Nesse novo momento modernista, buscava-se realizar construções que buscassem características distintas do estilo tradicional português, isso porque para mudar a feição urbana deveria se utilizar novas linguagens modernistas, como o ecletismo, o art déco e o modernismo. No entanto, a nova arquitetura só ficou evidente após a década de 1940, quando ocorrem a construção da Avenida Magalhães de Almeida (Ver imagem nº 3 e 37) e o alargamento da Rua do Egito.

Figura 36 - Imagem do Relatório de Paulo Ramos 1943, trecho sobre a construção da Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Magalhães de Almeida.

“AVENIDA 10 DE NOVEMBRO — Esta nova e importante artéria ligando a praça João Lisboa à praça do Mercado novo, teve as suas obras iniciadas em 1940 e foi, já, pormenorizadamente caracterizada, no relatório desta Administração referente ao exercício de 1942, ano em que foi concluída, na sua maior parte. Em 1943, puderam as obras ser terminadas, prosseguindo, no momento, o trabalho de nivelamento e loteamento das áreas marginais, para serem edificadas. A pavimentação do novo logradouro, cuja extensão alcança 380 metros, foi ultimada logo nos primeiros

Fonte: RAMOS. Paulo, Relatório 1343, acervo BBL.

Figura 37 - Trecho da Praça João Lisboa demolido para a construção da Avenida Magalhães de Almeida.



Fonte: ALMEIDA, 1954.

A construção da Avenida Magalhães de Almeida na década de 1940, mais que uma demonstração do novo traçado modernista na cidade, representa uma nova direção para o crescimento urbano, para além do centro até depois do bairro do Desterro (Ver imagem nº 38). A Avenida é assim construída para garantir a facilidade do transporte privado dentro do centro cívico, nesse sentido, foi preciso a demolição de vários casarões coloniais, para que os prédios modernistas, que atualmente ocupam o perímetro da avenida, fossem construídos.

Figura 38 - Início da Avenida Magalhães de Almeida.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

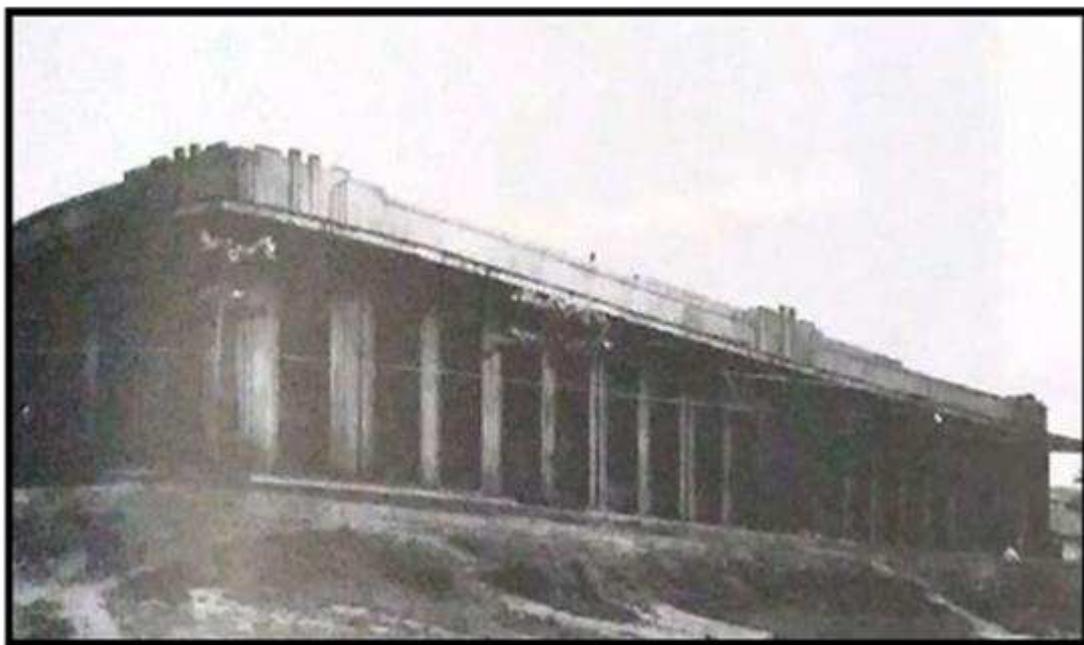
Nesse contexto, houve a construção do prédio do Mercado Central, obra iniciada no mandato de Saboya Ribeiro, pois se entendia como uma eminente necessidade da cidade. Assim, o novo Mercado Central (Ver Imagens Nº 39 e 40) possui características da linguagem art déco, em um prédio de apenas um pavimento, construído no percurso da planejada Avenida 10 de Novembro.

Figura 39 - O Mercado Central.



Fonte: JORGE, Miécio 1950.

Figura 40 - O Mercado Central na década de 1940.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães de, 2010.

Em meio às obras de alargamento executadas por Paulo Ramos, podem-se destacar a Av. Gomes Castro e Rua Tarquínio Lopes, a última conhecida na contemporaneidade como Rua do Egito. Tais obras de remodelação refletem

diretamente no uso destinado a essas ruas na atualidade, pois, pela viabilidade do uso do automóvel, essas vias servem como ponto de integração dos demais bairros da cidade ao centro comercial.

No caso da Rua José Augusto Corrêa, atual Rua Oswaldo Cruz e comumente conhecida como Rua Grande, houve o trabalho de preservá-la dentro do horário comercial como rua pedonal, uma vez que a quantidade de lojas bem próximas umas às outras fomentava o comércio local e que já no primeiro mandato de Paulo Ramos (1937) causava sérios problemas de trânsito.

ALARGAMENTO DA RUA JOSÉ AUGUSTO CORRÊA – (...) que visa à solução de um grave problema de trânsito criado, nos últimos anos, pelo surto de progresso que vem registrado a cidade. É objetivo geral dessa grande obra de descongestionamento do tráfego feito pela rua Oswaldo Cruz, ultimamente de tal modo incrementado que o seu volume já ultrapassou, de muito, à capacidade da mesma via. Fato que se vem tornando patente mesmo depois da retificação e repavimentação ali procedidas, em 1940, e que redundaram em aumento daquela capacidade. Trata-se, assim, de resolver uma questão de ingente- interesse para a vida urbana, de problema de inadiável solução, que se no momento, se impõe como esse caráter, de futuro só tende a agravar-se. De supor, como é continue a cidade o seu normal desenvolvimento.

Iniciado o alargamento aqui referido com o recuo obrigatório das novas construções ou reconstruções para o novo alinhamento projetado, exigência ali cumprida rigorosamente, pôde em 1943, da prefeitura ocupar-se, diretamente, da realização desta obra, fazendo as primeiras desapropriações e demolições de imóveis, o que até o momento, continua a ser feito, gradativamente. Até o encerramento do exercício, haviam sido demolidas ou desapropriadas, para esse fim; oito casas, subindo o valor das desapropriações a Cr\$ 55.00,00 não se incluindo aqui as desapropriações e demolições feitas para abertura da avenida 10 de Novembro, que cruza em referência. (RAMOS, Paulo, Relatório 1943).

A construção da Avenida Getúlio Vargas tinha como objetivo conectar o centro urbano de São Luís aos “novos” subúrbios, em plano pensado por Saboya quando o bairro do João Paulo ainda se caracterizava como “sítio”.

Importante ressaltar que os tombamentos federais iniciaram na década de 1940, quando em grande parte as obras de remodelação das avenidas e demolição dos degradados casarios coloniais já havia começado. O propósito capitalista de remodelação urbana tinha fortes objetivos dentro do Estado do Maranhão e mesmo havendo o conhecimento da importância da preservação do sítio histórico colonial português, não caberia uma restauração de todo o patrimônio danificado, uma vez que o governo procurava ampliar a malha viária urbana nacional e alavancar o mercado automobilístico no país.

Figura 41 - Rua Grande no ano de 1949, passando por melhorias.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães de, 2010.

Figura 42 - Anúncio de carro.

 A vintage advertisement for a Hudson car. The top half of the ad features a black and white photograph of a light-colored Hudson sedan from 1950. The car is parked on a paved area. In the background, a group of four people (two men and two women) are standing near a set of stairs leading up to a building. The car has a distinctive rounded body style and whitewall tires. Below the photograph, the text reads:

Um belo "HUDSON", modelo 1950

CASTRO, GOMES & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Especialistas em Ferragens, Tintas, Óleos e Materiais de Construção

Distribuidores exclusivos no Maranhão dos afamados automoveis "HUDSON"

RUA CANDIDO MENDES N. 129

SÃO LUÍS - MARANHÃO - BRASIL

Fonte: JORGE, Miécio 1950.

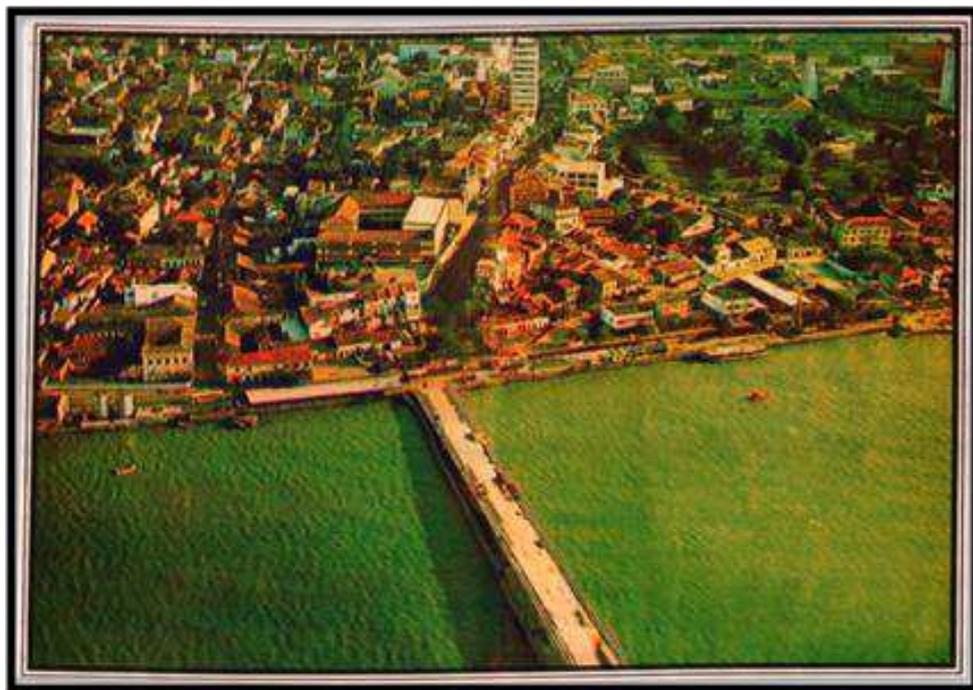
3.3 Urbanismo em São Luís: os planos no século XX (1950 e 1970)

O Estado do Maranhão, de acordo com álbum do jornalista Miécio Jorge em 1950, possuía uma população de 1.600 mil hab. e estava formado por 72 municípios, apostava todas as suas esperanças no babaçu como principal produto, nas fábricas remanescentes do algodão e implantava ferrovias para dinamizar os produtos do interior do Estado. A capital São Luís tinha uma população de 122 mil habitantes.

A Urbe era formada pelo centro histórico e o crescimento urbano se dava no sentido do centro através da Rua Grande seguindo pela Avenida Getúlio Vargas na direção ao Bairro do Monte Castelo, Anil e Olho D'água onde habitavam as famílias antigas tradicionais. Os eixos estruturadores do urbanismo foram até aquele momento o traçado em xadrez da praia grande, do século XVIII, a rua grande como eixo do século XIX e a construção da Av. Getúlio Vargas no século XX.

A economia estava estagnada, o centro resistia e a expansão urbana era um processo que aconteceria gradualmente. Haveria uma natural tendência de mudança nos eixos de crescimento urbano no sentido das praias, já vislumbrado pelo plano de 1958 (Ver Imagem Nº 43). Mas a expansão da cidade precisa planejar a preservação do centro histórico. Neste sentido o poder público reconhecendo a importância do conjunto colonial e preocupado com o isolamento e arruinamento do conjunto arquitetônico propôs tombamentos no nível federal e estadual desse patrimônio. Em 1974 o Centro Histórico de São Luís foi tombado pelo IPHAN e em 1986 o governo estadual também protegeu uma área maior, logo, em 1998 a UNESCO reconheceu o centro histórico como patrimônio mundial, pela permanência do traçado original e homogeneidade do conjunto da arquitetura colonial luso brasileira do século XVIII-XIX, remanescente do apogeu vivido pela exportação do algodão.

Figura 43 - Fotografia da cidade de São Luís, já com a ponte José Sarney e a Avenida Beira Mar, 1971.



Fonte: São Luís memória e tempo – São Luís em cartões postais e álbuns de lembrança, Antônio Guimarães de Oliveira, 2010.

Todo este movimento de tombamento incentivou a vinda de missões da UNESCO, que resultaram em importantes relatórios entre os anos de 1960 e 1975 elaborados pelo arquiteto Português Alfredo Evangelista Viana de Lima, em 1973 e pelo Frances Michel Parent, recomendando o tombamento, preservação e delimitação das áreas históricas, apontando assim a necessidade de um plano geral de urbanismo, valorizando as praças e o conjunto de sobrados azulejados, propondo a criação de universidades dentro do centro histórico, para dinamização dos usos da área e incentivo ao turismo. E neste contexto de necessidade de um macro plano urbano que preservasse o centro e ampliasse as estruturas urbanas.

4 NOVA PANORAMA MODERNISTA

A grande realização do interventor Paulo Ramos foi sem dúvida a expansão urbana por meio da Avenida Getúlio Vargas, construída pelo prolongamento da Rua Oswaldo Cruz, ou rua popularmente conhecida como Rua Grande. Inicialmente, como já detalhado nesse trabalho, o entorno da Avenida era povoado pelos escravos e população abastada de moradia no centro cívico, que realizava a autoconstrução de suas moradias e que claramente viviam em ambiente precário. Também ali se encontravam importantes terrenos, como a Chácara Britânia, Sítio Barreto e Chácara dos Arrudas, cenário que descreve como eram ocupadas as terras além do centro histórico no início do século XX.

Por meio do estudo da Avenida Getúlio Vargas é possível observar a transição da arquitetura na cidade de São Luís, pois nesse trecho urbano existem exemplares de todas as linguagens utilizadas do decorrer dos últimos séculos. Assim, mesmo que não preservados, estão presentes o bangalô eclético modernista, residências e prédios modernos, poucos casarios coloniais, pequenos conjuntos habitacionais e as edificações contemporâneas (Ver Imagem Nº 44).

A predominância originalmente das casas modernas advém da parcela da população da elite agropecuária que almejando acompanhar o avanço moderno se desloca do centro histórico durante a construção da avenida e constroem exemplares dos bangalôs e residências modernas. Por outro lado, os prédios institucionais modernos fizeram parte da política de caráter autoritário e centralista do governo de Vargas, que constrói escolas estaduais e de nível técnico, além de hospitais e edifícios militares, pois dessa forma, objetivava ter o controle de todos os setores desenvolvimentistas do país.

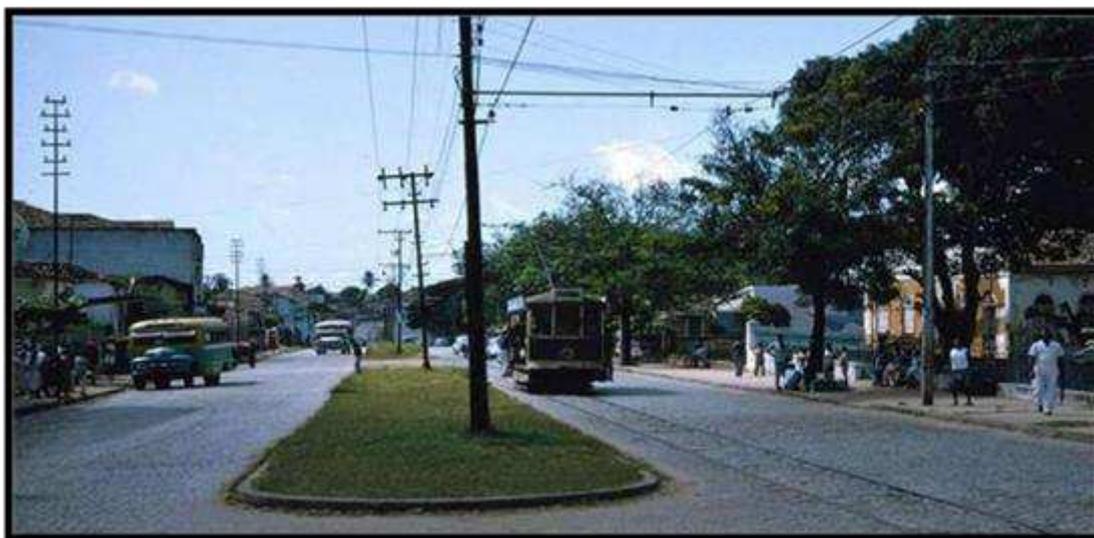
A inauguração da Av. Getúlio Vargas na década de 1940 definiu, a consolidação desse novo corredor de crescimento urbano, o que provocou o deslocamento da população moradora do centro. A adequação da infraestrutura viária moderna e de espaços públicos também foi um marco da avenida, que contou com a construção de duas vias largas para automóveis, canteiros centrais, calçadas e jardins (Ver Imagem Nº 45).

Figura 44 - Avenida Getúlio Vargas, 1950.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Figura 45 - Avenida Getúlio Vargas, 1960.



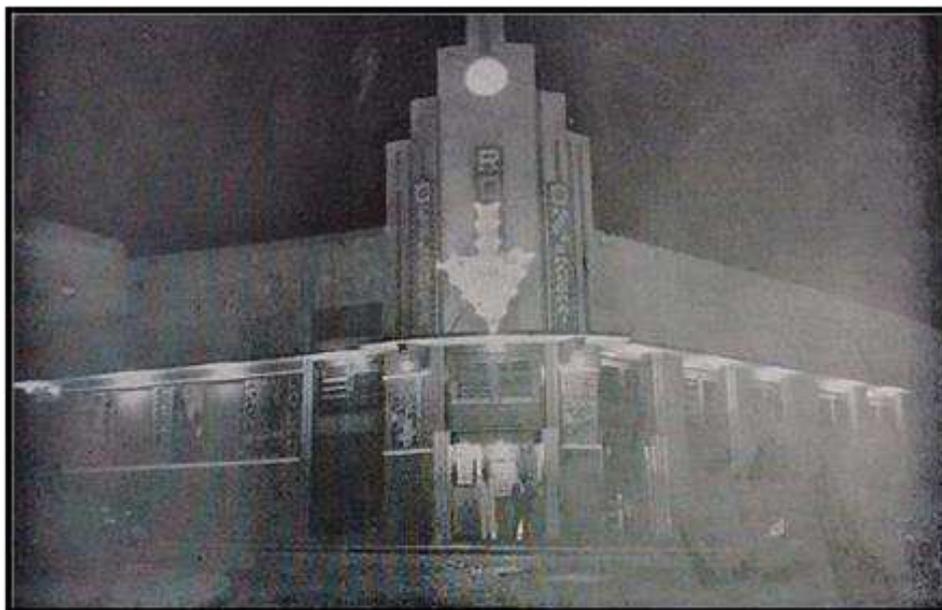
Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

4.1 Recorte sobre a linguagem arquitetônica do bangalow na renovação urbana

A renovação urbana com a ampliação da Rua Egito em São Luís possibilitou uma mudança na linguagem arquitetônica do centro. Essa linguagem modernista começou então a compor diferentes cenários com a construção de novos edifícios

públicos e privados na cidade, dentre eles o Cine Roxy (1939), (Ver Imagem N° 46), construído no trecho em que ocorreu o alargamento da Rua do Egito, antiga Tarquínio Lopes, pelo prefeito Neiva de Santana (1937).

Figura 46 - Com traços em art déco, o elegante Cine Roxy, inaugurado em 1940.

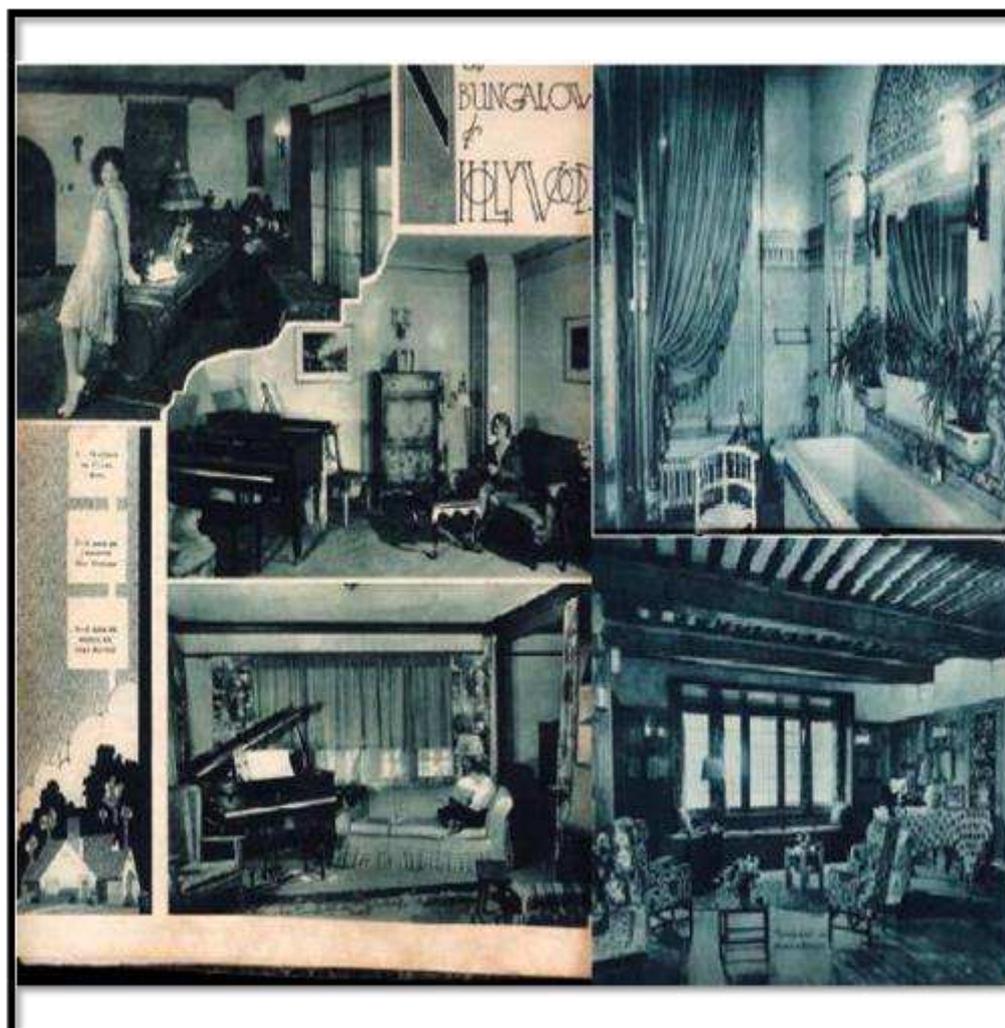


Fonte: JORGE, Miécio 1950.

O cinema era um assunto recorrente no dia a dia maranhense, com espaço para colunas semanais no jornal local Diário Norte, “Novidades Cinematográficas”. Assim, o interesse pela cinematografia levou a elite ao contato com a linguagem art. déco, arquitetura inovadora para os padrões locais (Guia de São Luís, 2008).

Além da linguagem do art déco, os bangalows surgiram como nova moradia da burguesia emergente da cidade. A ideia do bungalow de hollywood, retratado na revista Cruzeiro, na década de 1930 (Ver Imagem N° 47), foi inspiração para as residências construídas dentro do Plano de Expansão e Remodelação urbano, escrito pelo prefeito Saboya Ribeiro em 1936. A matéria desta edição da revista trazia relatos sobre o cotidiano na América do Norte no início do século XX, com detalhes fotográficos das residências em estilo bungalow de Hollywood.

Figura 47 - Revista Cruzeiro, 1930.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública.

Seguindo a linha modernista, observam-se pelo centro cívico, bangalows com influências das linguagens modernas como Neoclassicismo, Neocolonial, Art Déco e Art Nouveau e as vezes, a combinação dessas linguagens.

Importante ressaltar que os bangalows de São Luís não seguem as particularidades do bangalow original, utilizado pelos ingleses na Índia, contudo, para os novos moldes da arquitetura moderna esse modelo de edificação obedece a exigências sanitárias urbanas, como os afastamentos laterais e frontais e a presença de esquadrias em todos os cômodos.

A feição da arquitetura de São Luís do início do século XX não acompanhava as novas necessidades modernas, pois para Saboya era preciso que junto à reforma urbana houvesse uma modernização nos edifícios da cidade. Desse modo, os

bangalows são construídos como edificações residenciais, próximos aos prédios institucionais da Praça João Lisboa, utilizando-se dos novos métodos construtivos modernistas, ferro e concreto armado.

Os actuaes prédios não podem servir de padrão às futuras edificações”, uma vez que “as actuaes architecturas das fachadas representam, não há negar, grande esforço no passado, mas não condizem com a actualidade. (Declaração de Saboya Ribeiro ao Jornal Imparcial: 25/02/1937)

Como exposto anteriormente, o plano de expansão urbano de Saboya Ribeiro só começou a ser implantado em 1937, período em que Pedro Neiva de Santana assumia o cargo de prefeito da cidade, também obedecendo à linha modernista e aos anseios de ampliação do traçado urbano no período do Estado Novo. Portanto, para os novos moldes da cidade, os lotes do entorno das avenidas incorporadas por Neiva de Santana (1937) e pelo interventor Paulo Ramos (1936), não eram apenas destinados a residências, mas, sobretudo, a instituições com linguagem modernista que uma cidade com influências no período exigia.

Assim como a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, Rua do Egito e construção da Avenida Beira Mar foram um marco no modernismo urbano, os habitantes da capital também precisavam da oportunidade de caminhar segundo à modernização da cidade, pois, o estilo de vida urbano já não era o mesmo do antigo século e as necessidades para moradia eram outras. Os bangalows próximos à beira mar demonstravam a ascensão da classe social moradora e o que a elite da época almejava com essa nova moradia era estar em contato direto com o centro de comércio local e fonte de trabalho, ao mesmo tempo em que buscava a aparência modernista diferente do casario colonial português.

Construídos pelo engenheiro Alexandre Bayma a partir de 1937, enquanto exercia cargo de engenheiro do Estado durante o Estado Novo, os exemplares de bangalows localizados na Rua do Egito apresentavam características singulares perante aos demais espalhados em torno do centro histórico, (Ver Imagem N^o 48).

Figura 48 - Bangalows da Rua do Egito.



Fonte: OLIVEIRA, Antônio Guimarães 2010.

Como já fora citada anteriormente, a Rua do Egito foi a primeira grande modificação destacada no Plano de Expansão e Remodelação realizado em 1936 por Otacílio Ribeiro. Nesse contexto pode se destacar as influências modernistas nos edifícios, mas principalmente tendências de outras modernidades como o neoclássico (Ver Imagens Nº 49 e 50).

A linguagem utilizada pela arquitetura do poder, destaca a imponência do governo da época, conseqüentemente, destoando do entorno predominantemente colonial, como se observa em todo trecho de ampliação realizado da Rua do Egito, com diferentes edifícios institucionais e residenciais. Essa dinâmica na paisagem do centro histórico evidencia as transformações modernas no traçado e na arquitetura urbana.

Figura 49 - Imagens bangalows localizados na Rua Do Egito.



Fonte: FRANCO, Gisele, 2014.

Figura 50 - Imagens bangalows localizados na Rua Do Egito.

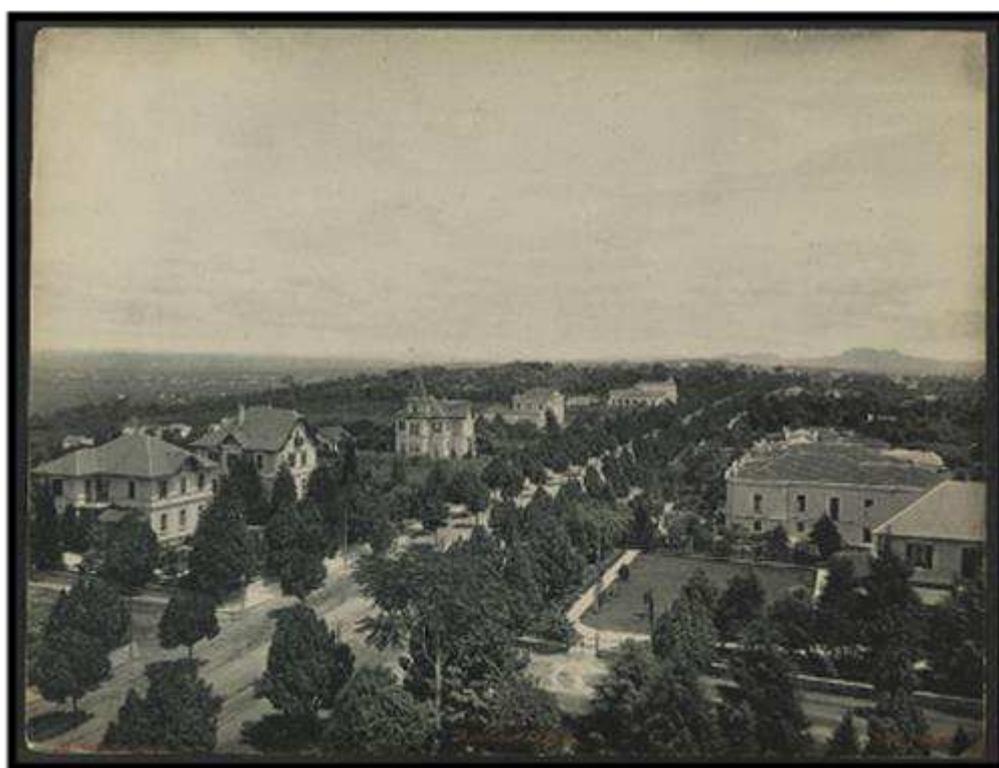


Fonte: FRANCO, Gisele, 2014.

Logo, pode-se perceber que devido às características exuberantes, os bangalows e nesse ponto incluem-se as residências modernistas, devido a sua grandeza e posição de destaque nos novos corredores urbanos, não chegaram a São Luís como método para resolver o déficit de moradia já apresentado na época. As residências modernistas são construídas por meio de influências culturais estrangeiras, para expor o poder econômico da elite da metade do século XX.

Em uma análise comparativa, pode-se dizer que em São Paulo, onde bairros inteiros foram criados com o novo ponto de vista moderno do edifício residencial, enquanto que em São Luís os bangalows foram construídos no antigo centro comercial da cidade obedecendo a princípios de um lote para uma residência e acompanhando a abertura das Avenidas. Contudo, nessas duas cidades devido aos distintos níveis da econômicos, a escala construtiva do traçado moderno foi diferente (Ver Imagem Nº 51).

Figura 51 - A avenida em 1902, vista da residência de Adam Von Bülow.



Fonte: Foto de Guilherme Gaensly.

No interior do Estado de São Paulo, as características da arquitetura dos bangalows foram executadas inicialmente nas fazendas dos barões de café, posteriormente, uma versão com mais pavimentos é levada às primeiras edificações residenciais da Avenida Paulista. No Maranhão não se tem indícios de edificações com características semelhantes a bangalows fora da capital, assim, dentro de São Luís as primeiras residências são construídas no centro, seguindo a linha de abertura das avenidas por Paulo Ramos, até a criação do bairro do Anil no entorno da Avenida Getúlio Vargas.

Após o período inicial do mandato de Paulo Ramos, destinado ao planejamento da ampliação das vias que cruzavam o centro – Rua do Egito, Magalhães de Almeida e Beira mar – houve a necessidade de construir avenidas maiores em direções contrárias ao centro, isso porque nessa época já existiam pontos de ocupação da cidade além do centro estabelecido. Por consequência, no percurso da Avenida Getúlio Vargas foram construídos exemplares de bangalows e em lotes maiores.

A Avenida Getúlio Vargas, obra realizada posteriormente à abertura da Avenida Magalhães de Almeida, possui exemplares com ornamentos diferenciados das demais ruas (Ver Imagens Nº 52 e 53). É visível também que estes bangalows sofreram mais alterações se comparados aos demais localizados no interior do centro, isso devido à ausência de fiscalização quanto ao estado de preservação dos edifícios modernos.

Figura 52 - Imagem bangalow localizado na Av. Getúlio Vargas.



Fonte: JORGE, Miécio, 1950, Álbum do Maranhão, acervo da Biblioteca Pública; FRANCO, Gisele, 2014.

Na Avenida Beira Mar os bangalows foram utilizados como residências unifamiliares como herança dos primeiros proprietários que ali viveram. Por isso essas edificações sofrem constantemente modificações para fins de reforma, em casos particulares alterações maiores são realizadas, como alteração do número de cômodos, ampliação do muro dentre outras modificações que descaracterizam a residência modernista (Ver Imagem Nº 54).

Figura 53 - Imagem bangalows localizado na Av. Getúlio Vargas.



Fonte: JORGE, Miécio, 1950.

Figura 54 - Imagem bangalow localizado na Av. Beira Mar.



Fonte: FRANCO, Gisele, 2014.

Pela proximidade ao centro comercial de São Luís as antigas residências da Rua do Egito são utilizadas para fins institucionais ou órgãos públicos, contrário aos bangalows ecléticos localizados na Praça Deodoro e da Avenida Getúlio Vargas, onde predomina o uso comercial.

Quanto à preservação do modernista é explícito a falta de uma fiscalização e entendimento das características originais (Ver Imagem Nº 55). Hoje em algumas dessas antigas residências devido à quantidade de alterações realizadas não é possível identificação os detalhes originais, dentre as particularidades, diversos elementos adicionados aos bangalows para suprir as necessidades comerciais.

Figura 55 - Imagem bangalow localizado na Av. Getúlio Vargas.



Fonte: FRANCO, Gisele, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois do aprofundamento nos estudos sobre os planos urbanísticos de São Luís, ficou evidente o quanto a participação do engenheiro Otacílio Saboya Ribeiro, foi notável que durante renovação urbana para a mudança do caráter arquitetônico da cidade. Antes, apenas vista como uma capital com forte influência lusitana, o centro urbano São Luís era ultrapassado em comparação com a renovação urbana e econômica que acontecia em outras regiões do Brasil, ao mesmo tempo não era compatível ao cenário urbano que Getúlio Vargas tentava implantar no país durante o Estado Novo. Dessa forma, é indiscutível que grande parte das melhorias realizadas após a década de 1930 na capital, foi idealizada ou pré-concebida com o plano inicial de Saboya Ribeiro para a renovação urbanista.

Otacílio projetou muito além de novas avenidas ou praças, ele executava a metodologia internacional do Plano de Comissão da Cidade para a orientação e organização da dinâmica do crescimento urbano. O Plano da Cidade, originado nos EUA, teve importante papel na dinâmica urbana nacional, pois, através das tentativas de implantação no Brasil, muitas decisões importantes foram tomadas nas cidades em desenvolvimento. Entre outros pontos da reforma urbana, a ideia sanitarista de levar infraestrutura para o centro e os planos de demolições para construção de novas vias, foram sem dúvidas os aspectos mais contestados, uma vez que, para a realização dessas obras urbanas de renovação, parte do acervo colonial seria demolido e substituído por novas linguagens arquitetônicas, feito impensável para alguns conservacionistas da época.

A modernização idealizada pelo prefeito Otacílio Ribeiro e efetivadas pelo interventor Paulo Ramos, criou um rasgo na malha urbana, facilmente identificável quando se analisa o mapa do centro histórico antes e depois da década de 1950, após seu mandato. Nessa faixa de abertura, construída com objetivo de ligar os equipamentos urbanos mais importantes da época, também é onde estão grande parte dos exemplares modernistas que se diferenciam da linguagem tradicional portuguesa na região do centro.

Dessa forma, pode-se analisar a reforma urbanística em São Luís por perspectivas distintas das normalmente pensadas, pois se por um lado as reformas foram importantes na concepção moderna de Otacílio, por outro aspecto, parte da história foi extraída do centro. A exemplo desta perda, pode-se constatar na antiga

existência do Café Excelsior e na Farmácia Sanitário, esta última na qual existem evidências que seu proprietário, Jesus Norberto Gomes, foi o verdadeiro criador da fórmula original do tradicional “Guaraná Jesus” e de outras fórmulas tradicionais do Maranhão. Com esse trabalho encontrou-se evidências que esses edifícios deram lugar a moderno edifício da Caixa Econômica Federal.

Esse diferente modo de analisar as demolições se relacionar com a teoria da demolição criativa de Harvey (1935), o qual defende que o homem como ser “dominador” precisa sempre desenvolver um novo propósito para sua próxima “destruição criativa” demolindo ou reconstruindo para assim fundamentar a sua obra e assim se estabelecer. Nos últimos três séculos, segundo Harvey, a ascensão do capitalismo foi o a maior motivação do homem para essa destruição, constatando, portanto, que é nesse mesmo período que se tem o maior percentual da chamada “segunda natureza”, ou seja, a natureza remodelada pela ação do homem, sendo assim a “primeira natureza” - paisagem original - cada vez mais rara na Terra¹⁰.

Nessa perspectiva, observa-se que não existe uma demolição criativa sustentável, ou que atenda todos as classes sociais. Na proporção que todo tipo de remodelação na cidade possui seus aspectos negativos e positivos, a substituição de uma linguagem arquitetônica por outra, também significa um domínio de uma sobre a outra. Contudo, se pelo ângulo conservacionista isso transparece uma falha na conservação arquitetônica, por outro entendimento, a substituição da arquitetura nas cidades sempre existiu.

O bangalô, assim como outros exemplares modernistas, também foi inserido durante essa alteração modernista do traçado, foi implantado à medida que a faixa de transformação permeava pela cidade. Isso, pois a presença dessas edificações foi notada nas Avenidas e Ruas apenas após a década de 1930. Além dos bangalows, também estão inseridos os prédios modernistas, como o mercado municipal e o Cine Roxy ambos com características art déco.

Essas edificações geralmente se destacam na paisagem urbana por não se acomodar completamente às particularidades da linguagem colonial e nem às características típicas do movimento modernista. Assim, dentro da sua própria singularidade, os bangalôs presentes na cidade de São Luís, não obedecem a

¹⁰ O enigma do capital: e as crises do capitalismo. David Harvey. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

padrões, apenas uma combinação de linguagens e momentos da arquitetura, mesmo que sua técnica construtiva se relacione mais ao período modernista.

Portanto, os edifícios elementos da arquitetura não serão sempre conservados em sua totalidade, uma vez que, se desconheçam as futuras necessidades do homem. Contudo, é importante que todas as linguagens arquitetônicas sejam vistas com a mesma importância, pois dentro das individualidades destas se marcam importantes eventos da história humana.

Com isso, é necessário que ao mesmo parte do patrimônio moderno seja protegido e conservado para evidenciar seu valor histórico durante a evolução da cidade e para que não seja confundido com as edificações sem valor arquitetônico, como muitas que existem no próprio centro histórico da cidade. Esse fato é de ampla relevância para qualquer linguagem arquitetônica, pois, depois de passar por inúmeras modificações em suas características, os edifícios, assim como outros monumentos, possam permanecer de sua linha original de criação e não perder seu valor de autenticidade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Valdenira. **Imagens do Moderno em São Luís**. São Luís, 2001.
- BIRKHOLZ, L. B. **O ensino do planejamento territorial**. São Paulo, 1967, Tese (Provimento de Cátedra) - FAUUSP.
- BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. Bari, Ed. Laterza, 1971.
- BARDET, G. **O urbanismo**. Trad. F.C.Nascimento. Campinas. Papyrus, 1990.
- BURTNETT, Carlos Frederico Lago. **Além do Rio Anil: urbanização e desenvolvimento sustentável**. Estudo sobre a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do maranhão. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.
- BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável**. São Luís: Ed. UEMA, 2008.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Ed. Perspectiva, São Paulo. 1991
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. Editora: Perspectiva, 1989.
- CAVALCANTI, L. A. P. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 1960)**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 2007.
- _____. **Quando o Brasil era Moderno: Guia de arquitetura brasileira, 1928-1960**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. V. 1. 467 p.
- CORBUSIER, Le. **Por uma Arquitetura**. São Paulo, Ed. Perspectiva. 1989
- CRUZ, Ernesto. **Igrejas e Sobrados do Maranhão (São Luís e Alcântara)**. Livros de Portugal S.A./ Rio de Janeiro 1953.
- ESPÍRITO SANTO, José M. (org.). **São Luís: uma leitura da cidade**. São Luís: Instituto da Cidade, 2006. 94 p.
- FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna/ tradução: Jefferson Luiz** – São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HARVEY, David, 1935- **O Enigma Do Capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. -São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana/ David Harvey; tradução Jeferson Camargo**. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.
- JUNIOR, José Reinaldo. **Formação do espaço Urbano de São Luís**.

LIMA, de Carlos. **Caminhos de São Luís** (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano 2002.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, capital moderna e cidade colonial**. Ed. Func. São Luís, 2003.

MEIRELES, Mario M. **História do comércio do Maranhão: 1934-1960**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão; Lithograf, 1992. V. 4.

MEIRELES, Mario M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

REZENDE, F. VERA (org.). **Urbanismo da Era Vargas: A Transformação das cidades Brasileiras**. Niterói: Ed. da UFF; intertextos, 2012.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. A arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão. In LOPES, José Antonio Viana (Org). São Luís, Ilha do Maranhão: **Guia de Arquitetura e Paisagem**. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: Ícone urbano da modernidade brasileira 1935-45**. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão**. Uma proposta de desenvolvimento. São Luís, FIPES, 1981

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão**. 1612-1895. [Vol. I e II] Edição fac similar da Associação Comercial do Maranhão. 1992. Ed. Lithograf. São Luís, Ma. Patrocínio Prefeitura Municipal de São Luís.

PALHANO, Raimundo N. **A Produção da Coisa Pública: Serviços Públicos e Cidadania na Primeira República Ludovicense**. V. 3, 2ª edição da Biblioteca Básica Maranhense - São Luís, Ed. Engenho, 2017.

PFLUEGER Grete, LOPES, José Antônio Viana. **Arquitetura do século XX**. In: SÃO Luís: Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem. Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, p. 80-97.

PFLUEGER, Grete. **Arquitetura e Urbanismo em São Luís no século XX**. Planos Urbanos: Otacílio Ribeiro Saboia (1936) e Rui Mesquita (1950) e linguagens arquitetônicas: art deco e moderna e brutalista (1935-70). Maranhão, São Luís, 2015

PONTUAL, Virginia. **Cidades Modernas: perspectivas interpretativas**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE, 1999 (texto didático).

ZEVI, Bruno. **A linguagem moderna da Arquitetura**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

Acervos em São Luís:

O decreto municipal nº 329 do ano de 1938

Biblioteca Pública Benedito Leite, setor de obras raras - Almanques, jornais e relatórios;

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das Cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão**: relatório apresentado ao governo do Estado. São Luís: Typ. Frias, 1902.

JORGE, Miécio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís, 1950.

Museu Histórico e Artístico do Maranhão – **Fotografias de Gaudêncio Cunha**, 1908.

OLIVEIRA, Antonio Guimarães. **São Luís: Memória e Tempo**. São Luís em Cartões Postais e Álbuns de Lembranças. Primeiro Volume. 2010

OLIVEIRA, Antonio Guimarães. **São Luís: Memória e Tempo**. São Luís em Cartões Postais e Álbuns de Lembranças. Segundo Volume. 2010